

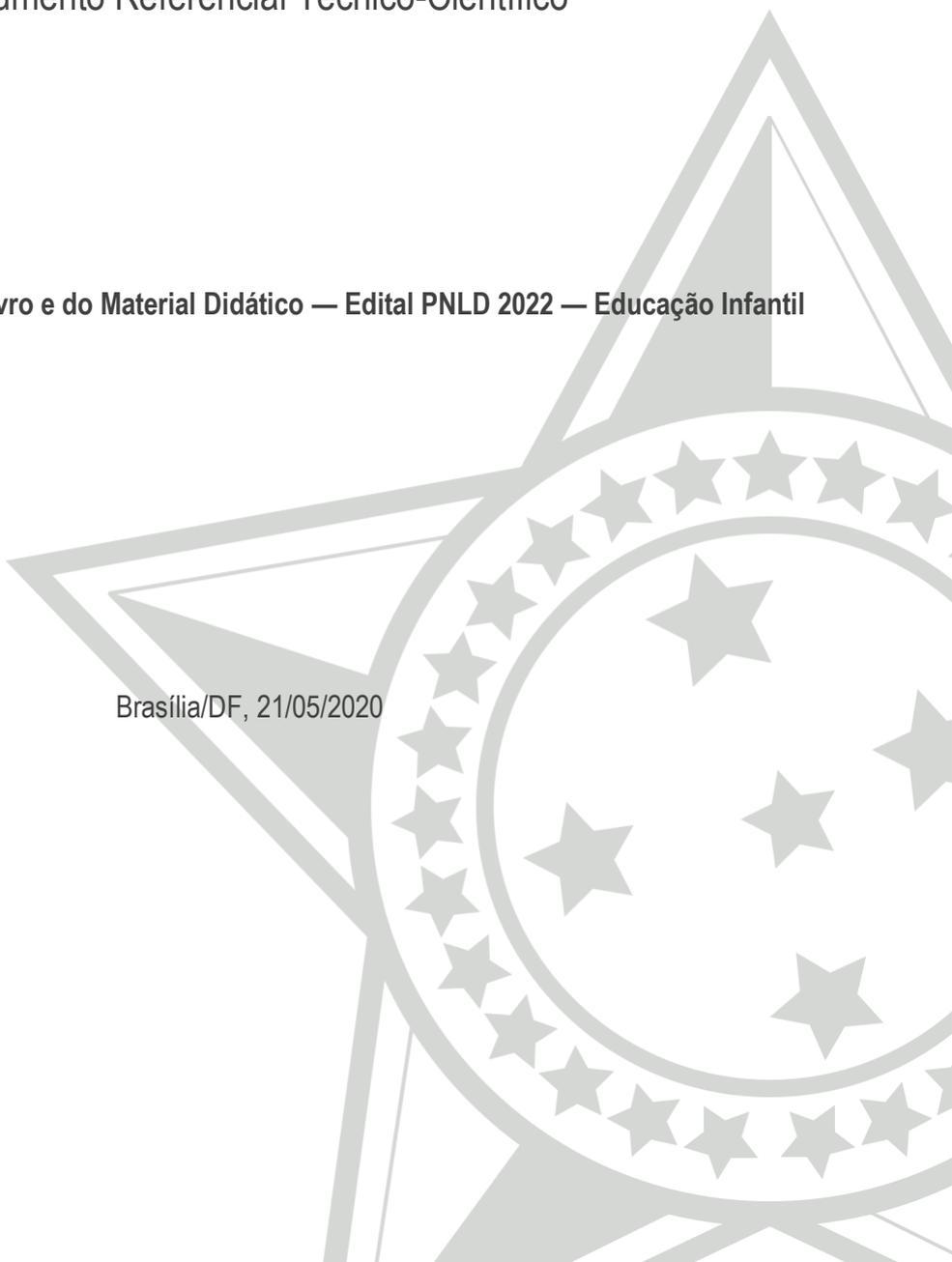


**Ministério da Educação**

Documento Referencial Técnico-Científico

**Programa Nacional do Livro e do Material Didático — Edital PNLD 2022 — Educação Infantil**

Brasília/DF, 21/05/2020



**Ministro de Estado da Educação**

ABRAHAM BRAGANÇA DE VASCONCELLOS WEINTRAUB

**Secretário-Executivo**

ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS

**Secretária de Educação Básica**

ILONA MARIA LUSTOSA BECSKÉHAZY FERRÃO DE SOUSA

**Secretário de Alfabetização**

CARLOS FRANCISCO DE PAULA NADALIM

**Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**

KARINE SILVA DOS SANTOS

**Equipe técnica de elaboração do Documento Referencial Técnico-Científico**

FÁBIO DE BARROS CORREIA GOMES FILHO

WILIAM FERREIRA DA CUNHA

ISABEL CRISTINA SILVA CHAGAS

**Equipe técnica do Programa Nacional do Livro e do Material Didático na Secretaria de Educação Básica**

HEITOR PEREIRA MOREIRA

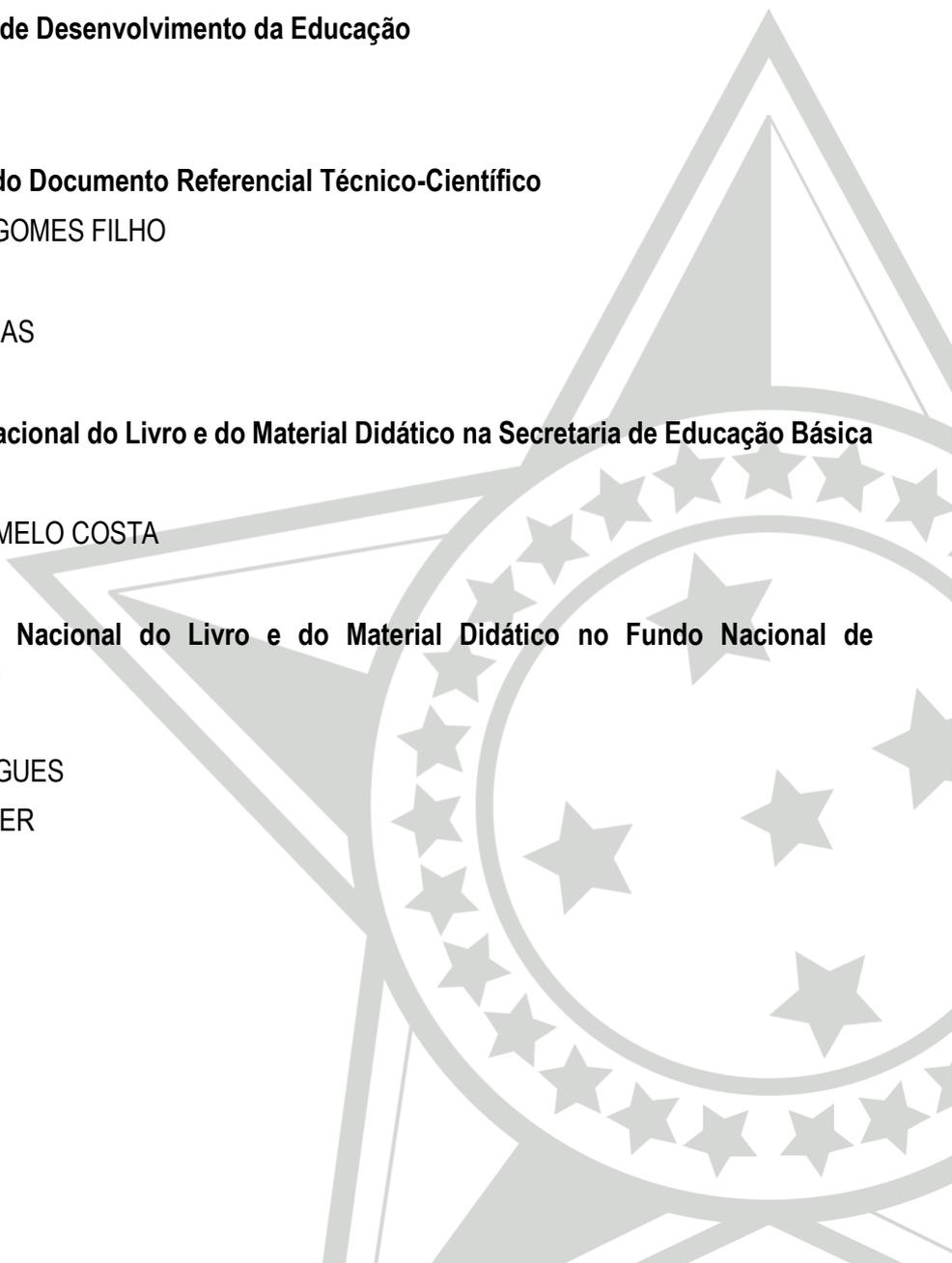
ANA CAROLINA BEZERRA DE MELO COSTA

**Equipe técnica do Programa Nacional do Livro e do Material Didático no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**

GARIGHAM AMARANTE

NADJA CEZAR IANZER RODRIGUES

ANA CAROLINA SOUZA LUTTNER



## Sumário

<b>1. OBJETO</b> .....	<b>3</b>
<b>2. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>3</b>
<b>3. JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>4</b>
<b>4. MARCO REGULATÓRIO DO PNLD PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL</b> .....	<b>4</b>
4.1. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR .....	6
4.2. A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO - PNA.....	10
<b>5. BRINCAR, CUIDAR, PREPARAÇÃO PARA A ALFABETIZAÇÃO E ALINHAMENTO ENTRE BNCC E PNA</b> .....	<b>14</b>
<b>6. OBJETOS DO EDITAL DO PNLD PARA EDUCAÇÃO INFANTIL CICLO 2022</b> .....	<b>17</b>
6.1. OBRAS DIDÁTICAS DESTINADAS AOS ESTUDANTES, PROFESSORES E GESTORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	17
6.1.1. <i>Manuais e materiais digitais do Professor e do Gestor para Creche e para Pré-escola</i> .....	18
6.1.2. <i>Livro do Estudante Impresso para a Pré-escola</i> .....	18
6.2. OBRAS LITERÁRIAS DESTINADAS AOS ESTUDANTES E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	20
6.3. OBRAS PEDAGÓGICAS DE PREPARAÇÃO PARA A ALFABETIZAÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS .....	21
<b>7. ASPECTOS MATERIAIS: REVISÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA</b> .....	<b>22</b>
7.1. MOTIVAÇÃO PARA REVISÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA E PANORAMA DOS RESULTADOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA QUANTO À ALFABETIZAÇÃO.....	22
7.2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PRECONIZADOS NO DECRETO Nº 9.099, DE 2017 .....	24
7.3. CRITÉRIOS GERAIS PARA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA DAS OBRAS .....	24
7.4. CRITÉRIOS ESPECÍFICOS PARA AVALIAÇÃO DAS OBRAS .....	25
7.4.1. <i>Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC e sua realização no edital</i> .....	26
7.4.2. <i>Referenciais normativos e científicos para os conteúdos específicos das obras didáticas</i> .....	35
<b>8. ASPECTOS FORMAIS: EFICIÊNCIA E ISONOMIA DA SELEÇÃO DE OBRAS</b> .....	<b>43</b>
<b>9. CONCLUSÃO</b> .....	<b>45</b>
<b>10. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>47</b>

## 1. Objeto

Este Documento Referencial Técnico-Científico do PNLD 2022 - Educação infantil contém subsídios à elaboração do edital de seleção de obras didáticas, literárias e pedagógicas da Educação Infantil do Programa Nacional do Livro e do Material Didático para o Ciclo 2022.

## 2. Introdução

Por meio do Edital de seleção de obras didáticas, literárias e pedagógicas da Educação Infantil do Programa Nacional do Livro e do Material Didático para o Ciclo 2022, o Ministério da Educação — MEC pretende disponibilizar obras didáticas destinadas aos estudantes, professores e gestores da educação infantil, obras literárias destinadas aos estudantes e professores da educação infantil e obras pedagógicas de preparação para a alfabetização baseada em evidências.

A partir da realidade encontrada, propõe-se, de forma inovadora, que o edital do PNLD contemple obras que tragam habilidades preparatórias para a alfabetização formal, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular — BNCC [2-1] e a Política Nacional de Alfabetização — PNA [2-2], além do item *Livro do Estudante Impresso* para a pré-escola, contemplando alunos de 4 e 5 anos. Além disso, dada a recente mudança de paradigma trazida pela instituição do Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que instituiu a PNA, propõe-se um terceiro objeto: o Guia de Preparação para a Alfabetização.

O modelo de avaliação pedagógica para a seleção das obras também foi revisado e aprimorado, passando a estabelecer os critérios gerais e específicos para cada componente das obras (livros do professor e do estudante e materiais digitais do professor), à luz dos fundamentos pedagógicos, constitucionais, legais e infralegais incidentes sobre a matéria, de forma expressa, objetiva e concisa.

Assim, além de fornecer um recurso pedagógico inovador destinado especificamente ao manuseio dos alunos da pré-escola da rede pública brasileira, cuja relevância assenta-se em evidências e em experiências exitosas comprovadas, pretende-se aperfeiçoar os processos de avaliação pedagógica das obras da educação infantil, de forma a aprimorar o atual modelo estabelecido nos editais de seleção do PNLD, numa perspectiva mais célere e isonômica.

Em última instância, espera-se, ao final do processo, que o Governo brasileiro, por meio do Ministério da Educação, possa disponibilizar, em regime de colaboração com os demais entes federados, para todos os estudantes das redes públicas de ensino da pré-escola, o acesso a materiais didáticos de qualidade, conferindo-lhes as mesmas oportunidades para o sucesso no desempenho escolar já reconhecidas no Brasil e em outros países.

Dessa forma, pretende-se que as obras do presente ciclo sirvam de efetivo suporte aos profissionais da educação infantil, às escolas e às redes educacionais municipais, os quais terão a faculdade de adotá-las ou não e, uma vez escolhidas, utilizá-las de acordo com as realidades locais e regionais, salvaguardando-se a liberdade pedagógica de todos os atores envolvidos.

Ressalve-se, por oportuno, que a matéria aqui tratada não abrange as etapas processuais conduzidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE, circunscrevendo-se, outrossim, aos aspectos técnicos sob a alçada das secretarias finalísticas subscritoras deste documento técnico.

### **3. Justificativa**

Para que o aprendizado escolar sirva a seus propósitos sociais, cívicos, morais e econômicos, tanto para os indivíduos que dele dependem, como para a sociedade que o sustenta e dele se beneficia, o progresso da aprendizagem deve ser visível e mensurável.

As formas de observação e de aferição do avanço cumulativo da aprendizagem podem variar entre as áreas de conhecimento, disciplinas, tópicos e etapa letiva, o que não diminui seu caráter basilar e precípua.

Sendo assim, é essencial que os materiais e conteúdos didáticos objetos deste edital sejam planejados, estruturados, embasados teoricamente e produzidos de forma a explicitar os objetivos pedagógicos de maneira clara, considerando o caráter cumulativo e progressivo da aprendizagem.

Cabe ainda a esses instrumentos propor atividades e conteúdos com nível crescente de complexidade, os quais devem ser acompanhados de orientações suficientes para que docentes e equipes técnicas de escolas e redes possam garantir que seus alunos estejam inseridos em um processo contínuo, relevante e significativo de aprendizagem. Os materiais devem apoiar e contribuir com sugestões para que o professor conduza aulas baseadas no que as evidências científicas trazem de mais moderno.

Nesse contexto, o Edital do PNLD para a Educação Infantil é um dos instrumentos de que o Governo Federal lança mão para cumprir seu papel de colaboração determinado no §1º do art. 211 da Constituição Federal de 1988[3-1], sendo implementado por adesão voluntária dos governos estaduais e municipais.

O PNLD para a Educação Infantil do Ciclo de 2022 prevê ainda uma abordagem dos conteúdos voltados à preparação para a futura alfabetização formal, com participação de todos os envolvidos direta ou indiretamente no processo pedagógico: alunos, famílias, professores, escolas e redes de ensino.

### **4. Marco regulatório do PNLD para a Educação Infantil**

Os produtos contemplados no PNLD para a Educação Infantil deverão contribuir para o cumprimento da Meta 5 do Plano Nacional de Educação – PNE, definido na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014[4-1], que estabelece, para o Estado brasileiro, a missão de alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental no prazo de dez anos.

Para tanto, a elaboração de todos os materiais didáticos a que se refere o futuro edital de seleção deve ser norteada pelo referido compromisso nacional, sendo subsidiada pelos diversos instrumentos estabelecidos na legislação brasileira para o referido Programa.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que o PNLD é regulado pelo Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017[4-2]. Sua execução dá-se por meio de uma seleção criteriosa de obras e produtos educacionais de qualidade, a serem disponibilizados para a escolha das equipes técnicas das redes e escolas abrangidas pelo Programa. Esse modelo assenta-se no papel constitucional de indutor da política pública desempenhado pelo Ministério da Educação perante os demais entes federados.

A seleção das obras ocorre por meio de regras definidas em ato convocatório, a partir de um edital no qual se encontram as principais características gerais e específicas que deverão estar presentes nos produtos, materiais e conteúdos voltados para as fases e ciclos a que se referirem.

De acordo com o Decreto nº 9.099/2017, são objetivos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático:

I - **aprimorar** o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a consequente melhoria da qualidade da educação;

II - garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa, utilizado nas escolas públicas de educação básica;

III - democratizar o acesso às fontes de informação e cultura;

IV - **fomentar a leitura** e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes;

V - **apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor;** e

VI - apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular.

(grifos nossos)

O citado Decreto também define as diretrizes do Programa, quais sejam:

I - o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;

II - o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais;

III - o respeito à autonomia pedagógica das instituições de ensino;

IV - o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; e

V - a garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de aquisição das obras didáticas, pedagógicas e literárias.

Por relevante, cumpre invocar os pressupostos constitucionais que devem nortear de forma direta e imediata a elaboração dos conteúdos pedagógicos. São eles:

- os fundamentos do Estado Democrático de Direito, descritos no Art. 1º da Constituição Federal de 1988: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político; e
- os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, descritos no art. 3º da Carta Magna: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Em relação à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996[4-3], que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, especificamente para as etapas de Educação Infantil, os produtos de que trata o edital deverão seguir as determinações constantes do art. 26, na forma a seguir:

Art. 26. Os **currículos da educação infantil**, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

(grifos nossos)

Por pertinência temática e adequação ao público-alvo do edital aqui tratado, cabe também destacar um preceito constante no Marco Legal da Primeira Infância, estabelecido pela Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016 [4-4]:

Art. 3º A prioridade absoluta em assegurar os direitos da criança, do adolescente e do jovem, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral.

Por fim, vale ressaltar que devem ser observados os objetivos pedagógicos elencados na Base Nacional Comum Curricular — BNCC e o alinhamento de tais objetivos com as definições, princípios, objetivos, diretrizes e demais disposições constantes da Política Nacional de Alfabetização — PNA, como se verá adiante.

#### 4.1. A Base Nacional Comum Curricular

A BNCC é um documento normativo instituído pela Resolução CNE/CP nº2, de 22/12/2017 [4.1-1] e estabelece conteúdos mínimos para o ensino, preconizados pelo art. 211 da Constituição Federal de 1988.

[...] a BNCC desempenha papel fundamental, pois **explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver** e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas.

(BNCC; p. 15. Grifo nosso).

A Resolução CNE/CP nº 2, de 22/12/2017 assim dispõe:

Art. 1º A presente Resolução e seu Anexo instituem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como **documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais** como direito das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica escolar, e orientam sua implementação pelos sistemas de ensino das diferentes instâncias federativas, bem como pelas instituições ou redes escolares.

Parágrafo Único. No exercício de sua autonomia, prevista nos artigos 12, 13 e 23 da LDB, no processo de construção de suas propostas

pedagógicas, atendidos todos os direitos e objetivos de aprendizagem instituídos na BNCC, **as instituições escolares, redes de escolas e seus respectivos sistemas de ensino poderão adotar formas de organização e propostas de progressão que julgarem necessários.**

(grifos nossos)

Portanto, todas as redes e escolas deverão estabelecer em seus currículos e nas práticas pedagógicas, tanto de sala de aula regular, quanto para a formação docente, os conteúdos mínimos estabelecidos na BNCC, sem prejuízo de outros conteúdos e competências que se julgue importante desenvolver ou que cada sistema educacional repute razoável estabelecer para seus alunos.

[...] a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), **a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC.**

(BNCC; p. 13. Grifo nosso)

A BNCC estabelece, para a educação infantil, direitos elementares para crianças de 0 a 5 anos que estejam matriculadas e frequentando ambiente educacional formal. Também contempla outros aspectos necessários à sua compreensão, a exemplo dos campos de experiência, aprendizagens essenciais e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

**I) direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil:** não constituem objetivos ou metas de aprendizagem propriamente ditas, mas uma concepção mais abrangente de como abordar atividades que promovam o desenvolvimento desejado, com base em condições de atendimento institucionalizado para a aprendizagem (p. 37-38) adequadas à sua faixa etária e estágio de maturidade física, psicológica, intelectual e social, de acordo com o art. 29 da LDB (Lei 9394/96), de forma que possam iniciar seu desenvolvimento integral e que propiciem o aprendizado. São eles:

- **Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas;
- **Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais;
- **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador, quanto da realização das atividades da vida cotidiana,

tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando;

- **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia;
- **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens;
- **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

II) **campos de experiências** (p. 40-43): apresentam uma lógica de agrupamento de atividades que contribuem para integrar e potencializar o efeito formativo das atividades coordenadas pela equipe escolar, a qual, **com intencionalidade educativa**, tanto na creche, quanto na pré-escola (p.38), deverá concebê-las de forma a garantir o respeito aos direitos de aprendizagem dos alunos e sua efetiva materialização. As experiências são:

- **O eu, o outro e o nós** – experiências que podem permitir aos alunos ampliar o modo de perceber a si mesmos e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos;
- **Corpo, gestos e movimentos** - oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.);
- **Traços, sons, cores e formas** – exposição a diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos.
- **Escuta, fala, pensamento e imaginação** - ampliação e enriquecimento progressivos do vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão dos alunos, induzindo a que se apropriem da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como

sujeito singular e pertencente a um grupo social. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros.

- **Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações** – a Educação Infantil deverá promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações, de maneira a ampliar seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano. As atividades dessa etapa deverão estar adequadas ao estágio médio de desenvolvimento das crianças, mesmo que possam ser adequadas a eventuais necessidades particulares, porque, em geral, desde muito pequenas, elas procuram se situar-se em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstrem também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade.

III) **aprendizagens essenciais:** compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos, quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento organizadas nos diversos campos de experiências e que consistem em objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a educação infantil (p. 44-52)

A BNCC especifica ainda que:

é preciso acompanhar tanto essas práticas quanto as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de *cada criança* e de *todo o grupo* – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças. (p.39)

Portanto, os produtos e materiais especificados no edital do PNLD deverão prever, para cada atividade proposta, uma forma de acompanhamento da aprendizagem que esteja alinhada com a intencionalidade educativa, refletida em um claro objetivo de aprendizagem e na lógica pedagógica da atividade específica a que ele se relaciona. **Essa relação de mão dupla entre intenção-objetivo de aprendizagem é o que deve pautar a escolha das atividades pedagógicas mais indicadas para cada sessão letiva.**

Assim, ao invés de partir de uma atividade mais popular ou já disseminada, parte-se da intenção de desenvolver competências e habilidades com os alunos e da necessidade de dar visibilidade ao aprendizado, de forma a garantir a verificação permanente de que o direito de aprender de cada aluno foi respeitado, para cada uma das sessões ou sequências letivas.

A especificação dos objetivos de cada atividade **deverá se dar por meio de uma linguagem simples e clara, de maneira a respeitar o nível de desenvolvimento dos alunos**, de maneira que eles possam, aos poucos, apropriar-se dos processos pedagógicos em que estão envolvidos. Professores e alunos, assim como suas famílias, precisam estar conscientes a respeito dos objetivos e resultados pedagógicos esperados em decorrência da fundamentação teórica e da estrutura das atividades propostas nos produtos e materiais abrangidos pelo presente edital, mesmo em se tratando de atividades lúdicas, eixo estruturante da etapa de educação infantil.

#### **4.2. A Política Nacional de Alfabetização - PNA**

O Decreto nº 9.099/2017, que regulamenta o PNLD, traz a necessidade de adequação de suas etapas aos normativos educacionais pátrio.

Art. 10. A avaliação pedagógica dos materiais didáticos no âmbito do PNLD será coordenada pelo Ministério da Educação com base nos seguintes critérios, quando aplicáveis, sem prejuízo de outros que venham a ser previstos em edital:

I - o respeito à legislação, às diretrizes e às normas gerais da educação;

Nesse sentido, o advento da PNA veio a exigir adequações na sistemática e disposições do próprio edital. A PNA foi instituída pelo Decreto nº 9.765/2019, para que a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implemente programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal.

Por tratar-se de um decreto federal, as diretrizes da PNA deverão ser observadas em todos os objetos contemplados no edital do PNLD da Educação Infantil conduzidos pelo Ministério da Educação.

Dessa forma, (i) a estrutura e progressão pedagógica das atividades, unidades e sequências didáticas, (ii) a fundamentação teórica e técnica, tanto no que for apresentado aos alunos, quanto às orientações direcionadas aos professores, (iii) os objetivos de atividades e (iv) as formas de monitoramento da aprendizagem de cada uma delas, deverão ser levar em conta as prescrições contidas na Política.

Art. 5º Constituem diretrizes para a implementação da Política Nacional de Alfabetização:

**I - priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental;**

**II - incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na educação infantil;**

**III - integração de práticas motoras, musicalização, expressão dramática e outras formas artísticas ao desenvolvimento de habilidades fundamentais para a alfabetização;**

IV - participação das famílias no processo de alfabetização por meio de ações de cooperação e integração entre famílias e comunidade escolar;

**V - estímulo aos hábitos de leitura e escrita e à apreciação literária por meio de ações que os integrem à prática cotidiana das famílias, escolas, bibliotecas e de outras instituições educacionais, com vistas à formação de uma educação literária;**

VI - respeito e suporte às particularidades da alfabetização nas diferentes modalidades especializadas de educação;

**VII - incentivo à identificação precoce de dificuldades de aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática, inclusive dos transtornos específicos de aprendizagem; e**

VIII - valorização do professor da educação infantil e do professor alfabetizador.

(grifos nossos)

A PNA resulta da relevância do tema aos olhos da sociedade brasileira, que exige cada vez mais dos governantes e gestores públicos maior cuidado e empenho em prover uma formação básica de qualidade a todos os cidadãos, mas também é consequência de uma realidade educacional que revela a urgência de mudança na concepção de políticas voltadas à alfabetização, à literacia e à numeracia.

Nesse contexto, a PNA enfatiza, por meio de diretrizes gerais a integração e a cooperação entre os entes, que, por sua vez, materializa-se por meio da adesão voluntária a ações e programas instituídos pelo MEC e desenvolvidos a partir de experiências exitosas e evidências internacionais e nacionais. Persegue ainda a igualdade de oportunidade educacionais, o desenvolvimento pleno da cidadania e o reconhecimento da família como um dos agentes do processo de alfabetização. Neste ponto, coaduna-se com a LDB, que reconhece a educação como um dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana e que tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No que se refere ao objeto do presente edital, vale trazer a referência ao público-alvo alcançado pela PNA.

Art. 6º A Política Nacional de Alfabetização tem por público-alvo:

**I - crianças na primeira infância;**

II - alunos dos anos iniciais do ensino fundamental;

III - alunos da educação básica regular que apresentam níveis insatisfatórios de alfabetização;

IV - alunos da educação de jovens e adultos;

V - jovens e adultos sem matrícula no ensino formal; e

VI - alunos das modalidades especializadas de educação.

(grifos nossos)

As evidências científicas mostram que munir o público da educação infantil de conhecimentos elementares de literacia e de numeracia é um fator importante para seu futuro sucesso escolar. É nesse sentido que a PNA traz como público-alvo as crianças na primeira infância, potencializando o aproveitamento da janela de oportunidade neurocognitiva e linguística em que a aprendizagem de conhecimentos ligados à alfabetização é facilitada.

As crianças que adquirem desde cedo habilidades fundamentais para a alfabetização têm mais sucesso no processo de aprendizagem da leitura e da escrita e na vida escolar do que aquelas que não as adquirem. Em outras palavras, quando se aprende mais, passa-se a aprender a uma taxa maior. Esse fenômeno ficou conhecido na literatura especializada como Efeito Mateus, expressão que o cientista Keith Stanovich tomou emprestado da sociologia, inspirado na parábola dos talentos do Evangelho de São Mateus.

Essa expressão passou a ser amplamente utilizada na literatura educacional para mostrar como as crianças com mais dificuldades em leitura no início do processo de alfabetização tendem a continuar a ter dificuldades ao longo da vida escolar. A consequência disso é que a distância entre os bons leitores e os maus leitores vai aumentando com o tempo: enquanto os bons leitores se sentem motivados a ler, e por isso leem mais, os maus leitores tendem a considerar a leitura algo tedioso e penoso, e, portanto, leem menos. Para aqueles a leitura vai-se tornando mais fácil, para estes mais difícil, agravando as desigualdades na trajetória escolar [4.2-1].

Para a efetiva implementação da PNA, devem ser observadas as seguintes estratégias, com especial destaque àquelas voltadas para a educação infantil:

Art. 8º A Política Nacional de Alfabetização será implementada por meio de programas, ações e instrumentos que incluam:

I - orientações curriculares e metas claras e objetivas para a **educação infantil** e para os anos iniciais do ensino fundamental;

II - desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos cientificamente fundamentados para a literacia emergente, a alfabetização e a numeracia, e de ações de capacitação de professores

para o uso desses materiais na **educação infantil** e nos anos iniciais do ensino fundamental;

III - recuperação e remediação para alunos que não tenham sido plenamente alfabetizados nos anos iniciais do ensino fundamental ou que apresentem dificuldades de aprendizagem de leitura, escrita e matemática básica;

IV - promoção de práticas de literacia familiar;

VII - estímulo para que as etapas de formação inicial e continuada de professores da **educação infantil** e de professores dos anos iniciais do ensino fundamental contemplem o ensino de ciências cognitivas e suas aplicações nos processos de ensino e de aprendizagem;

VIII - ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e de metodologia de ensino de língua portuguesa e matemática nos currículos de formação de professores da **educação infantil** e de professores dos anos iniciais do ensino fundamental;

IX - promoção de mecanismos de certificação de professores alfabetizadores e de livros e materiais didáticos de alfabetização e de matemática básica;

X - difusão de recursos educacionais, preferencialmente com licenças autorais abertas, para ensino e aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática básica;

**XI - incentivo à produção e à edição de livros de literatura para diferentes níveis de literacia;**

XII - incentivo à formação de gestores educacionais para dar suporte adequado aos professores da educação infantil, aos professores do ensino fundamental e aos alunos;

XIII - incentivo à elaboração e à validação de instrumentos de avaliação e diagnóstico.

(Grifos nossos)

Portanto, a PNA, baseando-se nas evidências científicas da ciência cognitiva da leitura, busca inserir a criança desde cedo no mundo das palavras, letras e números, promovendo efeitos positivos sobre sua futura alfabetização e capacidade de fluência em leitura, compreensão e escrita.

Ressalte-se, por oportuno, que a fluência em leitura não é objeto dos conteúdos trabalhados nos livros e materiais didáticos destinados à educação infantil, os quais visam o desenvolvimento de habilidades elementares e preparatórias, devendo integrar apenas os editais do ensino fundamental por ser conteúdo afeto à alfabetização formal.

## 5. Brincar, cuidar, preparação para a alfabetização e alinhamento entre BNCC e PNA

A explicitação das competências e habilidades deverá respeitar os limites mínimos estabelecidos pela BNCC, além de destacar o que está disposto de forma mais explícita e sistematizada na PNA, nos termos do Decreto nº 9.765/2019.

A chave para a compreensão da educação infantil tanto como uma etapa em que se enfatiza o cuidado das crianças e a vivência de brincadeiras, quanto como caminho preparatório para a alfabetização formal se dá pelas diretrizes da BNCC quanto à transição da educação infantil para o ensino fundamental:

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo **integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças**, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

(BNCC, p. 55, grifos nossos).

A integração entre as etapas da educação infantil e do ensino fundamental preconizada pela BNCC só têm sentido se considerada a relação de interdependência entre os conteúdos trabalhados na pré-escola e aqueles dos anos iniciais do ensino fundamental. Por sua vez, a continuidade entre as referidas etapas se realiza nas aprendizagens das crianças da educação infantil de habilidades preparatórias para a futura alfabetização formal.

A intencionalidade pedagógica ou educacional deverá direcionar as aprendizagens rumo ao desenvolvimento das habilidades que proporcionam a transição para o ensino fundamental da melhor forma possível, respeitando-se a autonomia e independência pedagógica do professor, das instituições de ensino e o contexto local e regional.

O brincar e o cuidar se harmonizam, então, com a perspectiva preparatória da educação infantil para a futura alfabetização, trazendo sempre atividades lúdicas que possibilitem descobertas do mundo e de si e o desenvolvimento da literacia e numeracia emergentes, favorecendo uma formação multidimensional. Supera-se, com efeito, a pretensa dicotomia entre cuidar e brincar e a preparação para futura alfabetização.

O Caderno da PNA[5-1] sistematizou importantes subsídios teóricos que apontam para a importância do desenvolvimento das habilidades precursoras para a futura alfabetização ainda na educação infantil, sinalizando o caminho para o alinhamento necessário entre a BNCC e a PNA:

**A aprendizagem da leitura e da escrita depende em grande parte da bagagem linguística recebida pela criança antes de ingressar no ensino fundamental, nas práticas realizadas em casa ou em outros ambientes. As situações vividas nos primeiros anos, tanto no ambiente familiar**

quanto na creche e na pré-escola, podem ser altamente benéficas para aprender a ler e a escrever.

(NATIONAL EARLY LITERACY PANEL, 2009; OEA, 2018).

(...)

O relatório *Developing Early Literacy*, do National Early Literacy Panel — NELP, mostrou que seis variáveis podem presumir fortemente o sucesso na alfabetização. Essas variáveis não apenas se relacionam com o desempenho em leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental, mas também se mantiveram como preditores poderosos ainda quando se controlou o efeito de outras variáveis, como o quociente de inteligência (Q.I.) e o nível socioeconômico.

- **Conhecimento alfabético:** conhecimento do nome, das formas e dos sons das letras do alfabeto.
- **Consciência fonológica:** habilidade abrangente que inclui identificar e manipular intencionalmente unidades da linguagem oral, como palavras, sílabas, rimas e fonemas.
- **Nomeação automática rápida:** habilidade de nomear rapidamente uma sequência aleatória de letras ou dígitos.
- **Nomeação automática rápida de objetos ou cores:** habilidade de nomear rapidamente sequências de conjuntos de figuras de objetos (por exemplo, carro, árvore, casa, homem) ou cores.
- **Escrita ou escrita do nome:** habilidade de escrever, a pedido, letras isoladas ou o próprio nome.
- **Memória fonológica:** habilidade de se lembrar de uma informação dada oralmente por um período curto de tempo.

(p. 30, grifos nossos)

Como exemplo, cita-se, o documento das Sugestões para o Currículo, integrante do Material Suplementar para o Redator de Currículo [5-2], Anexo à BNCC, no âmbito do objetivo de aprendizagem e desenvolvimento EI03EF09 do campo de experiências "Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação":

Para as crianças pequenas, é possível construir objetivos específicos relacionados à escrita, como, por exemplo, produzir listas e textos memorizados, escrever o nome próprio e de alguns colegas, estabelecer relação entre grafema e fonema do nome próprio e de algumas palavras estáveis.

A escrita do próprio nome e do nome de colegas, as tentativas de escrita na produção de listas e textos memorizados e o estabelecimento de relação entre grafema e fonema, isto é, entre letra e som, são

atividades tipicamente relacionadas à produção de escrita emergente e ao conhecimento alfabético, ambos componentes essenciais para a alfabetização previstos na PNA. São, pois, atividades eminentemente preparatórias para a alfabetização formal, que devem sempre ser trabalhadas por uma perspectiva lúdica e adequada à faixa etária do estudante.

De fato, ao elencar os componentes essenciais para a alfabetização em seu art. 3º, VI, a PNA está a explicitar preceitos contidos na própria BNCC. Isso pode ser percebido no quadro abaixo, que inclui as referências de páginas da BNCC em que as ocorrências surgem.

Política Nacional de Alfabetização	Base Nacional Comum Curricular
Consciência Fonêmica	“consciência fonológica dos fonemas do português do Brasil” (p. 90)
Instrução Fônica Sistemática	“Dominar as relações entre grafemas e fonemas” (p. 93) “Saber decodificar palavras e textos escritos” (p. 93)
Fluência em Leitura Oral	“fluência e rapidez de leitura” (p. 93)
Desenvolvimento de Vocabulário	“as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário” (p. 42)
Compreensão de Textos	“Ler e compreender [...] de maneira autônoma, textos narrativos de maior porte como contos [...] e crônicas.” (p. 97)
Produção de Escrita	“Escrever, espontaneamente ou por ditado, palavras e frases de forma alfabética” (p. 99)

Especificamente no que diz respeito à educação infantil, ao descrever a **intencionalidade educativa**, que deve reger essa etapa para que se garanta o direito de a criança aprender e estar bem preparada para os primeiros anos do ensino fundamental, a BNCC explica:

Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica [...]

(BNCC, p. 55)

O desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita são condições necessárias para que haja uma compreensão adequada e eficiente das “relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica”. Considerando que as melhores evidências científicas apontam que o desenvolvimento dos seis supracitados componentes é a forma mais adequada de se atingir tais condições, a preparação para esses componentes é um corolário do comando da BNCC acima reproduzido. O mesmo raciocínio é válido no que diz respeito à preparação com noções elementares de numeracia.

Por oportuno, destaque-se que a UNESCO, por meio do International Standard Classification of Education — ISCED 2011 [5-3], traz descritivos a respeito dos diferentes níveis de educação. A respeito do que se chama no Brasil “educação infantil”, o documento traz, em sua página 26:

100. Programas classificados como ISCED nível 0, ou educação infantil emergente, são tipicamente desenhados com uma abordagem holística para apoiar o desenvolvimento cognitivo, físico, social e emocional de crianças e introduzi-las à instrução formal fora do contexto familiar. **O ISCED nível 0 refere-se aos programas infantis que tem um componente de educação intencional.** Estes programas visam desenvolver habilidades socioemocionais necessárias para a participação na escola e na sociedade. Eles também desenvolvem algumas das habilidades necessárias para a prontidão acadêmica e **preparam as crianças para a entrada no ensino fundamental.**

(...)

102. Os programas ISCED nível 0 têm como alvo crianças abaixo da idade de entrada no ISCED nível 1. Existem duas categorias de programas ISCED nível 0: desenvolvimento educacional emergente para crianças e educação pré-primária. A primeira tem conteúdo educacional direcionado a crianças mais novas (na faixa de 0 a 2 anos), enquanto a última é **direcionada para crianças de 3 anos de idade até o início da educação primária.**

(Grifos nossos, tradução livre)

Percebe-se, então, que a perspectiva corroborada pela BNCC e pela PNA de que a educação infantil presta um serviço à preparação das crianças para a futura alfabetização formal encontra amparo na produção científica a respeito das aprendizagens da educação infantil e em documentação especializada nacional e internacional.

## **6. Objetos do Edital do PNL D para Educação Infantil Ciclo 2022**

### **6.1. Obras didáticas destinadas aos estudantes, professores e gestores da educação infantil**

Cada obra didática, seja direcionada para Creche, seja direcionada para Pré-Escola, será composta por Manual do Professor Impresso, material digital do professor, material digital do gestor e, no caso das categorias Pré-Escola I e Pré-Escola II, também pelo Livro do Estudante Impresso.

### **6.1.1. Manuais e materiais digitais do Professor e do Gestor para Creche e para Pré-escola**

O edital preconiza que as obras didáticas para a Educação Infantil promoverão práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral, da literacia e da numeracia e contribuirão para que as crianças pequenas da pré-escola adquiram as habilidades preparatórias para a alfabetização formal.

Uma educação escolar de qualidade é proveniente de um esforço de diversos atores, dentre os quais se destacam o professor e o gestor. Nesse sentido, o edital do PNLD traz materiais para estes dois públicos, visando à melhoria da qualidade da alfabetização.

Destaca-se que a dimensão da gestão educacional, pela primeira vez, foi considerada no bojo das obras didáticas do PNLD e que, além disso, as diferentes partes da obra didática — voltadas ao professor, ao gestor e ao estudante — terão coerência entre si, compondo um todo bem articulado.

Quanto aos manuais e materiais digitais para professores da Educação Infantil, serão trazidas orientações para que os docentes possam organizar suas atividades baseadas em atividades, interações e brincadeiras com o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades das crianças de zero a cinco anos de idade, garantindo o desenvolvimento de habilidades preparatórias para a alfabetização formal, que, por sua vez, ocorrerá nos anos iniciais do ensino fundamental. Ainda, um aspecto importante são as práticas de literacia familiar, e a relação entre escola e família.

O material complementar e contribuirá com sugestões para orientação do trabalho do professor, e se articulará, conforme o caso, com o novo livro do estudante impresso, destinado aos alunos da pré-escola. O profissional atua de forma independente, uma vez que é o responsável pelo estabelecimento de rotinas e pela aplicação de interações e brincadeiras, e de forma a cobrir os currículos regional e local, bem como o projeto político pedagógico desenvolvido na unidade escolar.

A postura pedagógica ativa do professor será valorizada, com estímulo à criatividade e à flexibilidade para buscar diferentes caminhos, e o apoiará no alcance dos objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento das faixas etárias da educação infantil.

Quanto aos materiais digitais para gestores, o foco estará na relação com as famílias dos alunos, na promoção da literacia familiar e na gestão pedagógica das turmas, em parceria com pais e professores. Esses aspectos foram escolhidos por guardarem íntima relação com os resultados esperados dos estudantes. [6.1.1-1]

A apresentação do conjunto completo da obra é condição necessária para sua aprovação, o que implica que os materiais digitais do professor e do gestor serão avaliados sob critérios específicos, não constituindo meros apêndices aos livros e manuais impressos, garantindo a qualidade de todos os materiais.

### **6.1.2. Livro do Estudante Impresso para a Pré-escola**

Considerando o ineditismo da previsão deste componente das obras didáticas, cumpre tecer algumas considerações específicas sobre a sua inserção no Edital.

A utilização de livro didático impresso para estudantes do final da educação infantil é uma prática difundida em muitos casos de sucesso no Brasil e no mundo. A adoção de livros para crianças de 4 e 5 anos é recorrente nas melhores escolas privadas do país. Além disso, municípios que já demonstraram resultados exitosos em alfabetização já fazem uso desse recurso.

Exemplos exitosos internacionais notáveis incluem as políticas para educação infantil de Portugal e de Cingapura, que permitem que crianças tenham acesso a livros didáticos pelo menos desde os 4 anos de idade. São numerosos os exemplos de livros adequados às especificações curriculares nacionais destes países.

No Brasil, existem resultados importantes em diversos municípios. Para ficar em apenas um exemplo, o Município de Sobral, detentor dos melhores resultados de alfabetização do país no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — Ideb, promove a utilização de livros didáticos na pré-escola como parte da realização de sua política educacional. [6.1.2-1]

Muitos professores de pré-escola reconhecem a importância da escrita emergente, deixando materiais que envolvam a escrita emergente e o manuseio do lápis disponíveis em suas salas de aula, provendo oportunidades durante as atividades escolares. [6.1.2-2]

De fato, a ausência de livros do estudante impresso para crianças da pré-escola representa uma lacuna no importante processo de transição entre a educação infantil e o ensino fundamental, já apresentado no item 3.4, visto que o livro do estudante, utilizado de maneira integrada às demais práticas docentes, mostra-se um importante suporte pedagógico.

O Ministério da Educação, em regime de colaboração com Estados, Municípios e Distrito Federal, pretende suprir essa necessidade por meio do presente Edital, oferecendo àquelas redes educacionais que assim desejarem a opção de uma importante complementação pedagógica para o desenvolvimento de habilidades preparatórias para a futura alfabetização formal.

Quanto aos conteúdos a comporem tais obras, conforme apontado anteriormente, o National Early Literacy Panel [6.1.2-3] traz um interessante sumário das melhores evidências científicas, que podem guiar a concepção de livros eficientes. Naturalmente, essas evidências são consideradas à luz dos normativos e documentos orientadores pátrios. A BNCC, por exemplo, expõe a necessidade de se trabalhar determinados campos de experiência. É salutar que o professor possa lançar mão de diversos recursos pedagógicos distintos para exercer suas atividades e aprofundar cada um dos campos de experiência — dentre eles, um livro didático impresso para o estudante.

Cabe ao Ministério da Educação, por meio do PNLD, fornecer obras didáticas que contenham uma abordagem efetiva para as habilidades e os objetivos pedagógicos necessários e comuns a todas as crianças brasileiras, que possam atender às escolas de diferentes realidades. Apesar do caráter inevitavelmente geral de um livro didático nacional, buscou-se a adequação às especificidades regionais por meio de itens específicos do edital ligados aos materiais digitais dos professores.

5.2. Quanto ao material complementar ao manual do professor em PDF, o Material Digital para Professor deverá complementar o Manual do Professor Impresso de forma coerente e conter:

(...)

5.2.5. Materiais lúdicos, para serem trabalhados com as crianças pelo professor, com orientações e sugestões de uso, contendo 1 (um) bloco de elementos da cultura regional para cada uma das cinco regiões brasileiras, totalizando 5 (cinco) blocos, e 1 (um) bloco de elementos da cultura e do folclore nacional.

O Ministério da Educação, em seu papel de indução de políticas educacionais e de proponente de diretrizes para a educação, está a fornecer o que há de melhor para os alunos em termos de preparação para as etapas educacionais que se seguem, preservando o caráter lúdico e de cuidado inerentes à pré-escola. Trata-se de uma ação orientada a garantir o direito de as crianças terem à disposição um material baseado em evidências científicas que, por sua vez, poderá orientar os professores quanto a práticas pedagógicas exitosas.

O livro do estudante impresso para pré-escola contribuirá, então, para o alcance dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e a para o desenvolvimento de habilidades preparatórias relativas aos componentes essenciais para a alfabetização no que concerne à literacia e à numeracia.

## **6.2. Obras literárias destinadas aos estudantes e professores da educação infantil**

Por sua vez, a obra literária será composta por Livro do Estudante Impresso e Livro do Professor Impresso, e, facultativamente, poderá incluir material digital do professor.

As obras literárias têm um papel fundamental na formação humana, social e intelectual de bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. Dessa forma, faz-se necessário apresentar às crianças títulos que as cativem e promovam a associação da leitura a uma atividade prazerosa e frutífera.

De forma geral, na Educação Infantil, a obra literária é utilizada para contribuir com a familiarização da criança com livros e textos escritos. Para muitas famílias, este será um dos primeiros contatos de seus filhos com a forma escrita, gerando oportunidades para o aprimoramento da linguagem oral e da compreensão de seus sons e para o enriquecimento do vocabulário receptivo.

O estímulo à imaginação das crianças e o desenvolvimento da capacidade de descrever atributos de ilustrações e personagens ou sequências lógicas de acontecimentos são importantes para a capacidade de compreensão oral de textos.

Os livros manipuláveis por bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas cumprem o propósito de estimulá-las do ponto de vista visual e motor, ao passo que os livros destinados à prática da leitura em voz alta feita pelos professores às crianças adicionam o estímulo auditivo àquele do componente visual, promovendo oportunidades de familiarização com materiais impressos. Vale lembrar que, seja em relação a livros manipuláveis, ou a livros para leitura do professor às crianças, a presença de um adulto é fundamental, guiando, aprimorando e exercitando a curiosidade dos pequenos.

Um bom planejamento literário em sala de aula depende do acesso a obras literárias de qualidade, apropriadas ao estágio de desenvolvimento de cada criança. Este é um primeiro passo importante para a literacia das crianças, garantindo aspectos de equidade para que tenham contato preliminar com importantes componentes essenciais à alfabetização, preparando-as, assim, para melhor aproveitar as aprendizagens do ensino fundamental.

As obras literárias para educação infantil visam contribuir com o desenvolvimento das habilidades de literacia emergente, comunicação, curiosidade, atenção, concentração e interação de bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, devendo ser adequadas à faixa etária da categoria correspondente.

Durante a primeira infância, seja na pré-escola, seja na família, a literacia já começa a despontar na vida da criança, ainda em um nível rudimentar, mas fundamental para a alfabetização. Nesse momento, a criança é introduzida em diferentes práticas de linguagem oral e escrita, ouve histórias

lidas e contadas, canta quadrinhas, recita poemas e parlendas, familiariza-se com materiais impressos (livros, revistas e jornais), reconhece algumas das letras, seus nomes e sons, tenta representá-las por escrito, identifica sinais gráficos ao seu redor, entre outras atividades de maior ou menor complexidade. Em suma, na literacia emergente incluem-se experiências e conhecimentos sobre a leitura e a escrita adquiridos de maneira lúdica e adequada à idade da criança, de modo formal ou informal, antes de aprender a ler e a escrever.

As obras literárias deverão ser adequadas às faixas etárias e aos níveis de literacia das crianças matriculadas na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, estando em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com a Política Nacional de Alfabetização (PNA), principalmente no que se refere ao art. 8, XI do Decreto nº 9.765/2019. Além disso, devem contribuir para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente a fim de enriquecer e ampliar progressivamente o repertório linguístico de bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

A presença de orientações para o professor na parte interna das capas e de sugestões de perguntas, abertas ou não, para o uso de professores, em conjunto com as histórias e imagens pode ser mais uma ferramenta para sugerir práticas pedagógicas eficientes para o docente, ampliando a utilização da obra literária para o aprimoramento da compreensão oral, da imaginação e da memória.

Os textos em prosa devem primar pela coerência, a consistência, a atratividade, em consideração ao público alvo, a adequação da ambientação, da narração e da caracterização dos personagens e de seus discursos.

Para os textos em verso, a atratividade da obra em consideração ao público-alvo, a ampla exploração das propriedades rítmicas e melódicas são aspectos importantes. Devem ser priorizados poemas em diferentes graus de complexidade e inventividade na linguagem.

### **6.3. Obras pedagógicas de preparação para a alfabetização baseada em evidências**

A obra pedagógica de preparação para alfabetização baseada em evidências é mais uma novidade trazida pela presente minuta de edital. É composta por Guia Impresso de Preparação para a Alfabetização e Guia Digital de Preparação para a Alfabetização. Neste caso, o segundo elemento é a mera reprodução digital do primeiro.

O Guia de preparação para alfabetização baseada em evidências é uma obra de apoio à prática educativa, destinada aos professores da pré-escola, que aborda conhecimentos de numeracia e de literacia. A PNA estabeleceu um novo paradigma no que diz respeito à criação e à execução de políticas públicas educacionais no Brasil. A partir de sua publicação, os programas e ações do Governo Federal relativos à alfabetização devem ser respaldados por evidências científicas e experiências exitosas. Trata-se de uma novidade normativa importante, que segue caminho que foi trilhado por outros países que obtiveram sucesso na evolução da qualidade educacional.

A própria PNA aborda a **numeracia** e a **literacia**, e, a respeito desta, ressalta componentes considerados essenciais, os quais são objeto de consenso científico ao redor do mundo: os seis componentes essenciais para a alfabetização.

É um fato bem estabelecido que consciência fonêmica, conhecimento alfabético, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção de escrita são componentes

essenciais para uma boa alfabetização. É também importante que o ensino de cada um desses componentes seja sistemático e explícito, para que se otimize a aprendizagem das crianças.

No que concerne à numeracia, as diversas experiências exitosas ao redor do mundo mostram que é importante explorar e preparar os alunos dessa faixa etária com as noções de: quantidade, algarismo, somas, subtrações, proporções simples; localização, posicionamento, espacialidade, direcionalidade, tempo, tamanho, peso e volume; formas geométricas elementares; raciocínio lógico e raciocínio matemático.

É importante que os professores tenham amplo acesso e compreendam o que vem a ser cada um desses elementos, bem como a melhor maneira de abordá-los. Acrescenta-se a isso a necessidade de que tenham uma boa noção do quanto se dedicar, em cada momento, a cada um dos conteúdos mencionados. As evidências científicas demonstram que a distribuição estruturada e sequencial de estratégias de ensino, atividades e avaliações é benéfica para a aprendizagem dos estudantes. Nesse sentido, estimula-se que os materiais do Guia possuam essas características.

A finalidade do “Guia de preparação para alfabetização” é oferecer, portanto, respaldo científico, sugestões e orientações para diferentes práticas de que o professor poderá lançar mão em sala de aula, garantindo a progressão das aprendizagens e fornecendo um itinerário claro, sequencial e determinado para o professor conduzir suas aulas. Portanto, o guia servirá de suporte, apresentando orientações e práticas cientificamente eficazes de preparação para alfabetização de crianças pequenas da pré-escola. Será apresentada breve fundamentação teórica e explicação conceitual, destacando a importância da preparação com os componentes e noções supracitadas para a futura aprendizagem das crianças. Trata-se de um aspecto útil para que o professor compreenda o essencial da teoria por trás dos conteúdos tratados e se engaje na atividade. Em seguida, deve expor diversos exemplos práticos da aplicação desses elementos em sala de aula, propondo sugestões de atividades, jogos e brincadeiras. Por meio da análise desses exemplos, o professor poderá avaliar a conveniência de se aplicar ou de se adaptar tais sugestões.

O guia deve, ainda, explicitar como os conteúdos podem ser abordados ao longo do ano letivo, possibilitando ao professor a construção de seu próprio cronograma. Por fim, deve trazer exemplos de possibilidades de avaliação formativa, sugerindo momentos para a sua realização e explicitando qual objetivo de cada uma.

As orientações e práticas devem ser apresentadas de modo que o professor atribua intencionalidade pedagógica às suas práticas, contribuindo para que as crianças pequenas da pré-escola adquiram habilidades tidas pelas ciências cognitivas como preparatórias para a alfabetização formal. E isso por meio da promoção da aprendizagem competente dos componentes essenciais à alfabetização, da literacia e da numeracia, todas definidas pela PNA, e em conformidade com a BNCC.

## **7. Aspectos materiais: Revisão dos Critérios de Avaliação Pedagógica**

### **7.1. Motivação para revisão dos critérios de avaliação pedagógica e panorama dos resultados da educação brasileira quanto à alfabetização**

Segundo os dados da Avaliação Nacional da Alfabetização — ANA[7.1-1] de 2016, cerca de 54% dos alunos se situam nos níveis mais baixos em leitura e em matemática. A comparação dos resultados das edições de 2014 e de 2016 revela uma certa estagnação no desempenho dos alunos em escrita,

leitura e matemática. Percebe-se que a situação está muito distante daquela estabelecida pela meta 5 do PNE, a saber, alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.

A interpretação pedagógica da ANA para leitura em 2016 aponta que cerca de 54% dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental conseguem, no máximo: localizar informações explícitas em textos curtos (como piada, parlenda, poema, quadrinho, fragmentos de narrativas e de curiosidade científica) e em textos de maior extensão apenas quando a informação está localizada na primeira linha do texto; reconhecer a finalidade de texto como convite, campanha publicitária, infográfico, receita, bilhete, anúncio, com ou sem apoio de imagem; identificar assunto em cartaz, desde que explícito no título; identificar assunto em textos como campanha publicitária, curiosidade científica ou histórica, fragmento de reportagem e poema cujo assunto está no título ou na primeira linha; e inferir relação de causa e consequência em tirinha.

Já a interpretação pedagógica da ANA para matemática em 2016 indica, por exemplo, que 54% dos concluintes do 3º ano conseguem, no máximo: associar a escrita por extenso de números naturais com até 3 ordens à sua representação por algarismos; reconhecer figura geométrica plana (triângulo, retângulo, quadrado e círculo) a partir de sua nomenclatura; identificar o intervalo em que se encontra uma medida apresentada em um instrumento (balança analógica); proceder ao registro de tempo em calendário; reconhecer a frequência associada a uma categoria em gráfico de colunas ou de barras, com quatro categorias; resgatar informação ou frequência associada a uma categoria em tabela simples ou de dupla entrada (com o máximo de 3 linhas e 4 colunas, ou 4 linhas e 3 colunas); compreender a composição de um número natural de 2 algarismos, dada sua decomposição em ordens; comparar comprimento de imagens de objetos; dimensionar quantidades pela contagem, identificando a maior quantidade, em grupos de até 20 objetos desorganizados; quantidades pela contagem, identificando quantidades iguais; conhecer números naturais não ordenados com até 3 algarismos; completar sequências numéricas crescentes de números naturais, de 2 em 2, de 4 em 4, de 5 em 5 ou de 10 em 10; calcular adição envolvendo dois números naturais de até 3 algarismos sem reagrupamento; calcular subtração envolvendo dois números naturais de até 2 algarismos sem reagrupamento; determinar valor monetário de cédulas ou de agrupamento de cédulas e moedas, sem envolver reagrupamento de centavos em reais; resolver problema de adição ou subtração, envolvendo números naturais de até 2 algarismos, sem reagrupamento nos cálculos, com o significado de acrescentar ou retirar e em que o estado final é desconhecido; resolver problema de multiplicação ou divisão envolvendo números naturais de até 2 algarismos, sem reagrupamento nos cálculos, com o significado de metade e em que o tamanho do grupo é desconhecido.

O efeito mais claro desta situação é que as crianças que chegam ao final do 3º ano do ensino fundamental sem saber ler ou lendo precariamente, como é o caso de mais da metade dos estudantes dessa faixa etária, têm sua trajetória escolar comprometida. Isso se reflete em altas taxas de reprovação, de distorção idade-série, de abandono e de evasão.

Segundo o Censo Escolar de 2018 [7.1-2], no 3º ano, a taxa de reprovação foi de 9,4%, e a de distorção idade-série foi de 12,6%, com aumento significativo nos anos seguintes. No 7º ano, mais de 810 mil alunos matriculados nas redes federal, estadual e municipal estavam com dois anos ou mais de atraso escolar.

Nesse sentido, considerando os resultados dos principais indicadores de avaliação educacional, os critérios foram aperfeiçoados, passando a contemplar conteúdos pedagógicos baseados em

evidências, sem prejuízo da valorização dos currículos locais e regionais e dos projetos político-pedagógicos das escolas.

Com efeito, a intenção é contribuir, de forma direta, para a autonomia e independência pedagógica do professor, auxiliando-o no processo de preparo de aulas, estabelecimento de rotinas e aplicação de atividades.

A revisão dos critérios encontra amparo na necessidade contínua de melhoria da qualidade da alfabetização no Brasil. Para fins de melhor evidenciar a dimensão de sua relevância, optou-se por trazer uma abordagem em face de aspectos materiais e aspectos formais.

Considerando o cenário exposto, a presente Nota Técnica propõe a adoção de critérios de avaliação pedagógica que se coadunem com todos os objetivos já citados.

## **7.2. Critérios de avaliação preconizados no Decreto nº 9.099, de 2017**

O processo de avaliação das obras selecionadas no âmbito do PNLD sofreu diversas transformações ao longo do tempo. Uma das mais marcadas se deu no ano de 1994, quando o Ministério da Educação promoveu um estudo intitulado “Definição de critérios para avaliação de livros didáticos”. [7.2-1] O estudo teve como principal resultado prático o estabelecimento de melhores parâmetros para avaliação de conteúdos pedagógicos de Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais e Ciências.

Mais recentemente, observa-se que a qualidade gráfica e editorial das obras adquiridas no âmbito do PNLD já atingiu um nível de maturidade satisfatório. Todavia, alguns artigos científicos sinalizam quanto à necessidade de aprimoramento dos critérios de avaliação pedagógica para serem mais específicos, não focando em aspectos apenas conceituais e genéricos.

Assim, buscou-se, em relação aos editais anteriores, criar uma tecnologia administrativa que privilegie uma organização mais objetiva, em que se apresente um anexo geral contemplando critérios gerais de avaliação aplicáveis a todas as obras e três anexos de critérios específicos de avaliação, de acordo com a natureza de cada objeto, didático, literário e pedagógico.

Cumprir dizer que a definição dos critérios de avaliação pedagógica visou a objetividade, a transparência e a clareza dos enunciados. Ademais, apesar de representarem um rol obrigatório de exigências, os critérios não se constituem em um fim em si mesmos, mas sim prestam-se a afastar riscos inerentes ao subjetivismo na escolha das obras.

Os critérios gerais e específicos serão abordados nos tópicos seguintes.

## **7.3. Critérios gerais para avaliação pedagógica das obras**

O Decreto nº 9.099, de 2017, traz, em seu art. 10, os critérios essenciais para a avaliação pedagógica dos objetos dos editais, quais sejam:

Art. 10. A avaliação pedagógica dos materiais didáticos no âmbito do PNLD será coordenada pelo Ministério da Educação com base nos seguintes critérios, quando aplicáveis, sem prejuízo de outros que venham a ser previstos em edital:

I - o respeito à legislação, às diretrizes e às normas gerais da educação;

II - a observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;

III - a coerência e a adequação da abordagem teórico-metodológica;

IV - a correção e a atualização de conceitos, informações e procedimentos;

V - a adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor;

VI - a observância às regras ortográficas e gramaticais da língua na qual a obra tenha sido escrita;

VII - a adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico; e

VIII - a qualidade do texto e a adequação temática.

Considerando as disposições do citado Decreto, o edital contém critérios aptos a aferir a adequabilidade das obras em face dos parâmetros mais relevantes para o atingimento da finalidade pública que é, em instância, garantir o direito fundamental à educação pública de qualidade.

Dessa forma, optou-se por delinear uma trilha de critérios relacionados a cada um dos incisos do art. 10 do Decreto 9.099. A referida trilha foi traçada tomando por base os editais do PNLD de edições de ciclos anteriores, a faixa etária relativa às categorias de inscrição (0 a 5 anos) e os aspectos gerais e específicos aplicáveis a todos os componentes das obras porventura inscritas.

O resultado está expresso no Anexo III do edital, que traz todos os critérios gerais de avaliação pedagógica, que são válidos igualmente para obras didáticas, literárias e pedagógicas.

#### **7.4. Critérios específicos para avaliação das obras**

Os critérios específicos para avaliação pedagógica das obras referem-se a obras didáticas, literárias ou pedagógicas. O Anexo III-A traz os critérios específicos para avaliação pedagógica das obras didáticas; o Anexo III-B o faz para as obras literárias; e o Anexo III-C, para as obras pedagógicas.

Vale esclarecer, por oportuno, que os critérios propostos não alteram, tampouco inovam no sentido de estabelecer interpretações para a aplicação dos conteúdos pedagógicos, nem de seus pressupostos e fundamentos. Outrossim, baseiam-se em evidências e resultados de sucesso no Brasil e em outros países e estão completamente alinhados aos normativos e disposições nacionais.

Na verdade, busca-se propor uma uniformização de conteúdos essenciais, sem prejuízo da criatividade e da inovação na forma de apresentação dos conteúdos, de modo que os livros possam, efetivamente, servir de suporte e apoio pedagógico para docentes e alunos. Ademais, os requisitos estabelecidos para a seleção dos livros visam favorecer o planejamento por parte do fornecedor e otimizar o processo de trabalho de elaboração do material didático.

Os conteúdos a serem abordados pelos livros na proposta da presente minuta de Edital são a materialização de preceitos estabelecidos pela PNA e pela BNCC. No caso da PNA, a referência é clara e direta, na medida em que muito do que é trazido pela proposta consiste em reprodução de disposições do decreto, a exemplo da primazia das evidências científicas e das experiências exitosas e da ênfase na preparação à aprendizagem dos componentes essenciais para a futura alfabetização.

Em verdade, a própria estrutura da minuta de edital tem como intuito a concretização do dispositivo que prescreve o incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na educação infantil (art. Decreto nº 9.765/2019, art. 5º). Da mesma forma, as disposições referentes à numeracia são rigorosamente respeitadas pela presente minuta de edital ao considerar a fundamentação científica para o estabelecimento dos conteúdos.

No caso da BNCC, percebe-se, também, um estreito alinhamento entre os conteúdos das obras propostos pela minuta do edital e as disposições dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, constantes entre as páginas 45 a 52. Não somente é o caso de todas os objetivos da BNCC serem contemplados por itens do edital (o que discutiremos no subitem 7.4.1), mas também que os tópicos do edital têm correspondência na BNCC (o que discutiremos no item 7.4.2). Passemos a expor algumas dessas convergências abaixo. Trabalharemos com listas exemplificativas, que não pretendem exaurir todos os objetivos trazidos pela base.

Dada a natureza não taxativa da apresentação a seguir, a análise restringe-se a alguns dos objetivos relativos às crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses, ou seja, à segunda metade da creche) e às crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses, ou seja, à pré-escola). São apresentadas comparações esquemáticas entre alguns dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e as disposições da minuta de edital e entre disposições do edital e alguns dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Note-se que as associações não são biunívocas, de maneira que elementos do edital, como regra, trabalham com mais de um objetivo da BNCC da mesma forma que os objetivos da BNCC frequentemente são referidos por mais de um item do edital. As tabelas, portanto, são, repita-se, de natureza exemplificativa.

#### 7.4.1. Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC e sua realização no edital

Nesta subseção, analisamos como os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC encontram-se completamente abrangidos pelas disposições do edital. Para tanto, apresentaremos uma tabela associativa para cada um dos campos de experiência referentes ao segundo ano da creche e à pré-escola.

Como a tabela abaixo mostra, no caso dos objetivos relativos ao campo de experiências “O eu, o outro e o nós”, muitas das convergências são alcançadas por meio de disposições que exigem o respeito mútuo e a mobilização de valores cívicos.

O eu, o outro e o nós			
Creche		Pré-escola	
BNCC	Edital	BNCC	Edital
(EI02EO01) Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.	No item 2.4.8.1 do anexo III-A, enfatiza-se a interação entre colegas e professor nos jogos e brincadeiras. Além disso, no item 2.4.8.3 do mesmo anexo há disposição	(EI03EO01) Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.	O item 3.4.6.3 do anexo III-A traz disposição expressa de que o manual do professor para pré-escola deve promover noções de solidariedade entre outros valores

	expressa de que o manual do professor para creche deve promover noções de solidariedade entre outros valores cívicos.		cívicos.
(EI02EO02) Demonstrar imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios.	No item 2.4.8.2 do anexo III-A, determina-se que as atividades a serem apresentadas no manual do professor deverão enfatizar noções de motivação e autoestima.	(EI03EO02) Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações.	No item 3.4.6.2 do anexo III-A, determina-se que as atividades a serem apresentadas no manual do professor deverão enfatizar noções de motivação e autoestima.
(EI02EO03) Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.	No item 2.4.8.1 do anexo III-A, enfatiza-se a interação entre colegas e professor nos jogos e brincadeiras. No item 2.3.8 do anexo III, há disposição expressa de que o livro deve promover noções de cooperação entre outros valores cívicos.	(EI03EO03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.	O item 3.4.6.1 do anexo III-A enfatiza a interação entre colegas e professor nos jogos e brincadeiras. Além disso, o item 3.4.6.3 do mesmo anexo traz disposição expressa de que o manual do professor para pré-escola deve promover a cooperação e a solidariedade.
(EI02EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.	No item 2.9.2 do anexo III, há disposição para que o material explore o raciocínio verbal dos alunos. No item 2.4.8.1 do anexo III-A, enfatiza-se a interação entre colegas e professor nos jogos e brincadeiras.	(EI03EO04) Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos.	O item 4.3.4.1 do Anexo III-A traz estratégias de interação verbal e compreensão oral. Além disso, item 3.4.6.1 do mesmo anexo enfatiza a interação entre colegas e professor nos jogos e brincadeiras.
(EI02EO05) Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.	O item 2.4.8.3 do anexo III-A traz a disposição expressa de que o manual do professor para creche deve promover noções de solidariedade entre outros valores cívicos. No item 2.4.8.1 do mesmo anexo, enfatiza-se a interação entre colegas e professor nos jogos e brincadeiras.	(EI03EO05) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive.	No item 3.4.6.2 do anexo III-A, determina-se que as atividades a serem apresentadas no manual do professor deverão enfatizar noções de motivação e autoestima. No mesmo anexo, o item 3.4.6.3 determina que o manual do professor para pré-escola deve promover valores cívicos, como respeito e solidariedade.

(EI02EO06) Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.	O item 2.4.4 do anexo III-A traz a necessidade de que o livro promova o convívio e o respeito entre os estudantes.	(EI03EO06) Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida.	O item 2.3 do anexo III traz como preceito o respeito a todos os brasileiros, liberdades e garantias.
(EI02EO07) Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto.	O item 2.4.4 do anexo III-A traz a necessidade de que o livro promova o convívio e o respeito entre os estudantes. No item 2.4.8.1 do mesmo anexo, enfatiza-se a interação entre colegas e professor nos jogos e brincadeiras.	(EI03EO07) Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.	O item 3.4.4 do anexo III-A traz a necessidade de que o livro promova o convívio e o respeito entre os estudantes. No item 3.4.6.1 do mesmo anexo, enfatiza-se a interação entre colegas e professor nos jogos e brincadeiras.

Para o campo de experiências “Corpo, gesto e movimento”, da tabela abaixo, a maior parte das convergências são alcançadas por meio da proposição de atividades de motricidade e de atividades artísticas.

<b>Corpo, gestos e movimento</b>			
<b>Creche</b>		<b>Pré-escola</b>	
<b>BNCC</b>	<b>Edital</b>	<b>BNCC</b>	<b>Edital</b>
(EI02CG01) Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras.	O item 2.4.8.8 do anexo III-A traz a proposta de atividades, jogos e brincadeiras que enfatizem motricidade, controle corporal e movimentos de precisão.	(EI03CG01) Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música.	Os itens 3.4.6.11 e 3.4.6.13 do anexo III-A propõem atividades de artes visuais, musicalidade, entre outras.
(EI02CG02) Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas.	O item 2.4.8.8 do anexo III-A traz a proposta de atividades, jogos e brincadeiras que enfatizem motricidade, controle corporal e movimentos de precisão.	(EI03CG02) Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades.	O item 3.4.6.8 do anexo III-A traz a proposta de atividades, jogos e brincadeiras que enfatizem motricidade, controle corporal e movimentos de precisão.

<p>(EI02CG03) Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações.</p>	<p>O item 2.4.8.8 do anexo III-A traz a proposta de atividades, jogos e brincadeiras que enfatizem motricidade, controle corporal e movimentos de precisão.</p>	<p>(EI03CG03) Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.</p>	<p>Os itens 3.4.6.11 e 3.4.6.13 do anexo III-A propõem atividades de artes visuais, musicalidade, entre outras.</p>
<p>(EI02CG04) Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo.</p>	<p>O item 2.4.8.15 do anexo III-A preceitua que haverá atividades a serem realizadas pelo professor abordando higiene, alimentação e cuidado de si próprio.</p>	<p>(EI03CG04) Adotar hábitos de autocuidado relacionados a higiene, alimentação, conforto e aparência.</p>	<p>O item 3.4.6.15 do anexo III-A preceitua que haverá atividades a serem realizadas pelo professor abordando higiene, alimentação e cuidado de si próprio.</p>
<p>(EI02CG05) Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros.</p>	<p>Os itens 2.4.8.5 e 2.4.8.6 do anexo III-A trazem a proposta de atividades, jogos e brincadeiras que enfatizem a escrita emergente e as habilidades visomotoras, fundamentais para o desenvolvimento da coordenação motora fina.</p>	<p>(EI03CG05) Coordenar suas habilidades manuais no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas.</p>	<p>O item 4.3.15 do anexo III-A propõe o desenvolvimento da coordenação motora fina. Além disso, os itens 2.4.6.4 e 3.4.6.6 do anexo III-A trazem a proposta de atividades, jogos e brincadeiras que enfatizem a escrita emergente e as habilidades visomotoras, fundamentais para o desenvolvimento da coordenação motora fina.</p>

A convergência com o campo de experiências “Traços, sons, cores e formas” é alcançada, sobretudo, considerando os dispositivos que trabalham com desenhos e outras formas artísticas.

<b>Traços, sons, cores e formas</b>			
<b>Creche</b>		<b>Pré-escola</b>	
<b>BNCC</b>	<b>Editais</b>	<b>BNCC</b>	<b>Editais</b>
(EI02TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.	O item 2.4.8.12 do anexo III-A traz a proposta de atividades que explorem musicalidade.	(EI03TS01) Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.	O item 3.4.6.13 do anexo III-A traz a proposta de atividades que explorem musicalidade.
(EI02TS02) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.	O item 2.4.8.11 do anexo III-A inclui as artes visuais, dentre elas, as artes plásticas, dentre os norteadores dos jogos e brincadeiras realizados.	(EI03TS02) Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.	O item 3.4.6.11 do anexo III-A inclui as artes visuais, dentre elas, as artes plásticas, dentre os norteadores dos jogos e brincadeiras realizados.
(EI02TS03) Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.	O item 2.4.8.13 do anexo III-A traz brincadeiras musicáveis, como aquelas que envolvam poemas e quadrinhas., Além disso, o item 2.4.8.12 do mesmo anexo traz a proposta de atividades que explorem musicalidade.	(EI03TS03) Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons.	O item 3.4.6.13 do anexo III-A traz a proposta de atividades que explorem musicalidade.

A convergência entre os objetivos da BNCC no campo “Escuta, fala, pensamento e imaginação” e os preceitos da minuta de edital é, principalmente, observada a partir dos indicativos de trabalhos com poemas, rimas, imagens e atividades de compreensão.

<b>Escuta, fala, pensamento e imaginação</b>			
<b>Creche</b>		<b>Pré-escola</b>	
<b>BNCC</b>	<b>Edital</b>	<b>BNCC</b>	<b>Edital</b>
(EI02EF01) Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.	O item 2.4.8.1 preceitua a ênfase na interação com colegas e professores.	(EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.	O item 4.3.4.1 do anexo III-A apresenta a necessidade de se contemplar estratégias de interação verbal e compreensão oral. Já o item 4.3.5.1 traz o papel ativo do estudante na criação de desenhos, traçados e outras formas expressivas.
(EI02EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.	O item 2.4.8.13 do anexo III-A trabalha com poemas, trava-línguas, parlendas, adivinhas, provérbios, quadrinhas, histórias, fábulas, narrativas e literatura em geral.	(EI03EF02) Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.	O item 3.4.6.12 do anexo III-A trabalha com poemas, trava-línguas, parlendas, adivinhas, provérbios, quadrinhas, histórias, fábulas, narrativas e literatura em geral.
(EI02EF03) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).	O item 2.4.8.7 do anexo III-A explora habilidades auditivas e o 2.4.8.6, as visomotoras. No caso da creche, percebe-se que as habilidades auditivas e visomotoras estão ligadas, em especial, à capacidade de dar atenção a histórias contadas pelo professor, desenvolvendo a curiosidade.	(EI03EF03) Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas.	Além dos itens ligados à compreensão oral de textos (2.4.3.1.4 do anexo III), ineditamente, o edital do PNL D 2022 – Educação Infantil traz a especificação de uso para livros literários. Há livros direcionados à leitura do professor, em específico, e outros mais voltados à manipulação do livro por parte do estudante.
(EI02EF04) Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais	Os itens 2.4.3.1.1 e 2.4.3.1.4 do anexo III trazem a importância de se trabalhar consciência fonológica e fonêmica e a compreensão oral de	(EI03EF04) Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os	O item 4.3.4.1 do anexo III-A trabalha o componente “compreensão oral de textos” por meio da leitura dialogada e

acontecimentos.	textos.	personagens, a estrutura da história.	interação verbal, o que inclui o conto e o reconto de histórias.
(EI02EF05) Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc.	Os itens 2.4.3.1.1 e 2.4.3.1.4 do anexo III trazem a importância de se trabalhar consciência fonológica e fonêmica e a compreensão oral de textos.	(EI03EF05) Recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o professor como escriba.	Os itens 4.3.4.2 e 4.3.4.3 do anexo III-A contemplam a leitura em voz alta pelo professor e a descrição pelos estudantes como forma de atividade de compreensão.
(EI02EF06) Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.	Os itens 2.4.3.1.1 e 2.4.3.1.4 do anexo III trazem a importância de se trabalhar consciência fonológica e fonêmica e a compreensão oral de textos. O reconto de histórias é estratégia fundamental para a compreensão oral de textos.	(EI03EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.	O item 4.3.4.1 do anexo III-A trabalha o componente “compreensão oral de textos” por meio da leitura dialogada e interação verbal, o que inclui o conto e o reconto de histórias.
(EI02EF07) Manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais.	O item 2.4.8.14 do anexo III-A preconiza a inserção de conhecimentos sobre o mundo social adequados à faixa etária, o que inclui conhecimentos elementares sobre diferentes portadores de texto — cartas, jornais, livros. Já o item 2.4.8.13 do mesmo anexo traz a proposta de se trabalhar poemas, trava-línguas, parlendas, adivinhas, provérbios, quadrinhas, histórias, fábulas, narrativas e literatura em geral, o que envolve, naturalmente, diferentes portadores textuais.	(EI03EF07) Levantar hipóteses sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura.	O item 4.3.4.2 do anexo III-A mobiliza diferentes estratégias de compreensão oral.
(EI02EF08) Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura,	O item 2.4.8.13 do anexo III traz a proposta de se trabalhar poemas, trava-línguas, parlendas, adivinhas, provérbios, quadrinhas, histórias, fábulas, narrativas e	(EI03EF08) Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses	O item 4.3.4.2 do anexo III-A mobiliza diferentes estratégias de compreensão oral. Além disso, , ineditamente, o edital do PNLD 2022 – Educação Infantil traz a

tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.).	literatura em geral. Já o item 2.4.3.1.4 do anexo III traz a importância de se trabalhar consciência fonológica e fonêmica e a compreensão oral de textos.	textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.).	especificação de uso para livros literários. Há livros direcionados à leitura do professor, em específico, e outros mais voltados à manipulação do livro por parte do estudante.
(EI02EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos.	O item 2.4.8.5 do anexo III-A prescreve a necessidade de se trabalhar aspectos de escrita emergente.	(EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.	O item 4.3.5 do anexo III-A propõe diferentes estratégias de escrita emergente. Além disso, se levado em consideração o Manual Suplementar para o Redator de Currículo, presente no <i>site</i> da BNCC, estratégias de conhecimento alfabético, como escrita do nome, estão também relacionadas a este objetivo, conforme item 4.3.2 do mesmo anexo no edital.

Com relação ao campo “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”, as convergências foram alcançadas principalmente a partir dos itens 3.4 e 4.5.

<b>Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações</b>			
<b>Creche 2</b>		<b>Pré-escola</b>	
<b>BNCC</b>	<b>Edital</b>	<b>BNCC</b>	<b>Edital</b>
(EI02ET01) Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho).	O item 2.4.8.8 do anexo III-A inclui o exercício de habilidades de controle corporal, o que inclui os sentidos visual e tátil.	(EI03ET01) Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades.	O item 4.4.3.3 do anexo III-A explora noções de manipulação de objetos bidimensionais e tridimensionais.
(EI02ET02) Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.).	O item 2.4.8.14 do anexo III-A traz a importância de se trabalhar conceitos sobre o mundo natural.	(EI03ET02) Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos	O item 4.5 do anexo III-A trazem conhecimentos sobre fenômenos da natureza.

		envolvendo fenômenos naturais e artificiais.	
(EI02ET03) Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela.	O item 2.4.8.1 do anexo III-A inclui a interação com colegas enquanto o 2.4.8.14 contempla conhecimentos sobre o mundo natural e social.	(EI03ET03) Identificar e selecionar fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos, sua conservação.	O item 4.5 do anexo III-A trazem conhecimentos sobre fenômenos da natureza.
(EI02ET04) Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois).	O item 2.4.3.2.2 do anexo III traz a importância de aspectos de posicionamento e espacialidade.	(EI03ET04) Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes.	O item 4.4.2 do anexo III-A traz noções de medidas e quantificação.
(EI02ET05) Classificar objetos, considerando determinado atributo (tamanho, peso, cor, forma etc.).	O item 2.4.3.2.2 do anexo III traz aspectos relacionados a medidas.	(EI03ET05) Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças.	O item 4.4.3.2 do anexo III-A apresenta a necessidade de se explorar a comparação entre figuras.
(EI02ET06) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar).	O item 2.4.3.2.2 do anexo III traz aspectos ligados à percepção cronológica.	(EI03ET06) Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade.	O item 4.5 do anexo III-A traz conhecimentos elementares ligados ao mundo social, inclusive aqueles ligados a família e graus de parentesco.
(EI02ET07) Contar oralmente objetos, pessoas, livros etc., em contextos diversos.	O item 2.4.3.2.2 do anexo III traz a importância de aspectos ligados à contagem e às quantidades.	(EI03ET07) Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência.	O item 4.4.1 do anexo III-A apresenta noções de quantidades. Já o item 4.4.2.2 do mesmo anexo traz noções ligadas à percepção cronológica.
(EI02ET08) Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.).	O item 2.4.3.2.2 do anexo III traz a importância de aspectos ligados à contagem e às quantidades.	(EI03ET08) Expressar medidas (peso, altura etc.), construindo gráficos básicos.	O item 4.4.2 do anexo III-A traz aspectos relacionados a medidas e suas atividades relacionadas.

#### 7.4.2. Referenciais normativos e científicos para os conteúdos específicos das obras didáticas

Conforme planilhas do subitem anterior, o detalhamento do edital serve a melhor especificar a realização dos preceitos e objetivos trazidos no referencial teórico-metodológico geral, do item 2.4 do anexo III do edital.

Vale destacar que os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a educação infantil tornam-se realidade em sala de aula a partir das interações entre professores e estudantes, em geral, e por meio de atividades, jogos em brincadeiras, em específico.

Analisa-se brevemente os conjuntos de sugestões de atividades propostos em 4.3 e 4.4 do anexo III-A, correspondentes, respectivamente, aos conteúdos de literacia, detalhados nos componentes essenciais de preparação para a alfabetização, e aos conteúdos de numeracia, detalhados nas noções elementares de numeracia, fazendo correlações com os campos de experiências da BNCC, seus objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e o Manual Suplementar para o Redator de Currículo.

O presente item tem como objetivo mostrar que os temas trazidos pelo edital são realizações, especificações e exemplos das disposições dos objetivos de desenvolvimento e aprendizagem da BNCC. Para tanto, dividimos o tópico em três temas, a saber: “conteúdos de literacia”, “conteúdos de numeracia” e “outros conteúdos”.

##### 7.4.2.1. Conteúdos de literacia

Quanto aos conteúdos e sugestões de atividades referentes ao componente essencial de preparação para a alfabetização “**consciência fonológica e fonêmica**”, trazidos no item 4.3.1 do anexo III-A do edital, destaca-se que o campo de experiências “Escuta, fala, pensamento e imaginação” é eminentemente o eixo em que habilidades deste gênero se desenvolve, por meio das brincadeiras que envolvem diálogos, músicas, cantigas e similares, que envolvem a atenção aos sons da fala. São essas situações que privilegiam e oportunizam aprofundamentos na forma de sugestões de atividades referentes às habilidades fundamentais da consciência fonológica, isto é, ao reconhecimento e processamento dos sons da fala e às habilidades metalinguísticas correlatas. Entram, então, as brincadeiras com palavras, sílabas, frases e as menores unidades sonoras da fala, isto é, os fonemas.

Alguns objetivos de aprendizagem no âmbito do campo de experiências fazem referência a rimas e aliterações, como o EI02EF02 e o EI03EF02. Como parte das habilidades de consciência fonológica, a brincadeira com rimas ou com aliterações fortalece a percepção rítmica e a discriminação dos sons da fala.

No âmbito do National Reading Panel, o maior estudo internacional sistemático a respeito de leitura que considerou apenas estudos controlados de alta qualidade, compararam-se resultados de dezenas de milhares de diferentes pesquisas de caráter experimental. Foram selecionados, dentre 1962 artigos, apenas os casos que atendiam a todos os critérios de rigor científico, totalizando 96 artigos referentes à consciência fonológica e fonêmica. Os achados inequivocamente mostram que o ensino explícito deste componente representa benefícios mensuráveis nas habilidades de leitura, soletração e consciência fonêmica das crianças, que pode ser ensinada aos alunos por meio, por exemplo, da síntese, do isolamento, da segmentação e da substituição de sons em palavras. [7.4.2.1-1]

Pode-se mencionar resultados de alguns outros estudos que referenciam as sugestões de atividades presentes no subitem, contextualizando sua pertinência científica:

- Em um estudo que acompanhou 54 crianças brasileiras durante a pré-escola e o 1º ano do ensino fundamental, identificou-se que o processamento fonológico está muito mais relacionado ao desenvolvimento da escrita do que às próprias habilidades motoras e visoespaciais; [7.4.2.1-2]
- Um estudo com 236 crianças brasileiras que completavam 6 anos de idade na pré-escola mostrou que os estudantes que apresentaram aquisição fonológica incompleta, ou seja, dificuldades de processamento de sons, aos 6 anos tinham dificuldades de escrita aos 9 anos. O papel do desenvolvimento da linguagem oral para a aprendizagem da escrita é, portanto, essencial; [7.4.2.1-3]
- Crianças com alto nível de consciência fonológica na pré-escola apresentam melhor desempenho na escrita, conclusão do estudo longitudinal com 34 crianças no Jardim B e um ano após, quando já estavam no 1º ano do ensino fundamental; [7.4.2.1-4]
- A consciência fonêmica é uma habilidade necessária e fortemente relacionada à aprendizagem da leitura e da escrita alfabética, achado de um estudo realizado com 43 crianças de educação infantil de Florianópolis; [7.4.2.1-5]
- A estimulação de 19 crianças na Itália com dislexia pela música e pelo ritmo indicou efeitos importantes e positivos na velocidade de leitura. Os efeitos foram devidos ao emprego do ritmo e da capacidade de discriminação auditiva, bem como da memória de trabalho verbal, ou seja, da capacidade de lidar com dois ou mais estímulos verbais ao mesmo tempo. [7.4.2.1-6]

Quanto aos conteúdos e sugestões de atividades referentes ao componente essencial de preparação para a alfabetização “**conhecimento alfabético**”, trazidos no item 4.3.2 do anexo III-A do edital, observa-se que a BNCC introduz a temática do reconhecimento das letras por parte das crianças da seguinte forma:

“vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua”.  
(p. 42)

No mesmo sentido, o manual suplementar para o redator de currículo, em suas sugestões para currículo referentes ao objetivo de aprendizagem e desenvolvimento EI03EF09, traz:

“para as crianças pequenas, é possível construir objetivos específicos relacionados à escrita, como, por exemplo, produzir listas e textos memorizados, escrever o nome próprio e de alguns colegas, estabelecer relação entre grafema e fonema do nome próprio e de algumas palavras estáveis”.

A compreensão emergente da relação entre letra e som, ou grafema e fonema, para o próprio nome e para algumas palavras estáveis é aprimorado por atividades que trazem duas perspectivas: a primeira, a de exercitar, para cada letra aprendida ou reconhecida, seu som; a segunda, a de incentivar, por meio de interações lúdicas, a familiarização sistemática com todas as letras do alfabeto e seus

respectivos sons e traçados.

A partir disso, existe um espaço de transversalidade em relação ao campo de experiências “Traços, sons, cores e formas” na perspectiva de que é importante valorizar os traçados emergentes de letras das crianças, bem como de formas e linhas que remetam às letras. Além disso, o campo de experiências “Corpo, gestos e movimentos”, integra cores e formas, visão e tato, disponibilizando diversos estímulos sensoriais e motores, enriquecendo as aprendizagens emergentes referentes às letras do alfabeto.

A metanálise do maior estudo internacional sobre leitura, o National Reading Panel, envolveu 66 comparações com grupos teste e controle que atendiam a todos os critérios de rigor científico. O estudo conclui pela importância do ensino do conhecimento alfabético na pré-escola e no 1º ano, considerando as diferentes realidades dessas etapas. Ou seja, temos que aproveitar a janela de oportunidade do cérebro das crianças para estas importantes aprendizagens. [7.4.2.1-7]

São resultados de alguns estudos que referenciam as sugestões de atividades presentes no subitem, contextualizando sua pertinência científica:

- Aprender a ler e a escrever representa um desafio para uma criança pequena. Na década de 2000, pesquisas realizadas com intervenções na pré-escola mostraram que a consciência fonológica, o conhecimento do princípio alfabético e a consciência articulatória, dos pontos da boca para fazer cada som, asseguram o êxito dos primeiros aprendizados em leitura e escrita; [7.4.2.1-8]
- Antes de compreender o princípio alfabético, a criança precisa entender que sons associados às letras são precisamente os mesmos sons da fala; [7.4.2.1-9]
- Aprender a ler não é uma atividade natural para o cérebro humano, que se adaptou para esta finalidade desenvolvida culturalmente. Assim, a escrita e a leitura não consistem em uma aprendizagem espontânea e automática, e precisam ter seus princípios fundamentais explicitados para o aprendiz, em especial nos aspectos de segmentação e de valores de correspondência entre fonemas e grafemas, base do sistema alfabético de escrita; [7.4.2.1-10]
- 65 crianças com aproximadamente 5 anos de idade, 22 com Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem e 43 em desenvolvimento típico foram avaliadas. O conhecimento alfabético, juntamente com a consciência fonológica e a escrita de letras, foram fundamentais para explicar a relação entre o desenvolvimento da linguagem oral e sua capacidade de escrita do nome; [7.4.2.1-11]
- Na Flórida, 324 crianças pré-escolares, de nível socioeconômico mais baixo, foram avaliadas em três diferentes momentos do ano após receberem 3 intervenções: leitura baseada no diálogo e compartilhada, consciência fonológica e conhecimento alfabético. A principal evidência foi de que as crianças com uma estimulação breve de conhecimento alfabético melhoraram no domínio das letras e nas outras habilidades, podendo esta intervenção auxiliar na leitura como um todo; [7.4.2.1-12] e
- A maior revisão e metanálise conduzida até hoje, pelo Painel Nacional de Literacia Emergente (National Early Literacy Panel - NELP), com 83 estudos, com crianças de todas as raças e níveis socioeconômicos, encontrou efeitos de moderados a fortes de diferentes intervenções,

estimulando o conhecimento alfabético na leitura e na escrita de crianças pré-escolares e em início da educação primária. [7.4.2.1-13]

Quanto aos conteúdos e sugestões de atividades referentes ao componente essencial de preparação para a alfabetização “**desenvolvimento de vocabulário**”, trazidos no item 4.3.3 do anexo III-A do edital, a BNCC traz, na descrição do campo de experiências “Escuta, fala, pensamento e imaginação”:

“Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação.” (p. 42)

O enriquecimento do vocabulário abre novas possibilidades discursivas para as crianças, afetando positivamente sua capacidade de compreensão e de interação com o mundo. No mesmo sentido, o Manual Suplementar para o Redator de Currículo, em suas sugestões para currículo referentes ao objetivo de aprendizagem e desenvolvimento EI02EF05, traz:

“Para as crianças bem pequenas, é possível construir objetivos específicos relacionados à oralidade, como, por exemplo, expressar-se verbalmente em conversas, narrações e brincadeiras, ampliando seu vocabulário e fazendo uso de estruturas orais que aprimorem suas competências comunicativas, ou compreender o conteúdo e o propósito de diferentes mensagens em diversos contextos.”

A proeminência da oralidade e da necessidade de expansão do vocabulário expressivo e receptivo são claras também no campo de experiências “O eu, o outro e o nós”, em que se enfatiza o diálogo e a construção conjunta de experiências. O conhecimento de vocabulários que deem suporte à comunicação verbal é fundamental, o que torna crucial a aprendizagem de novas palavras e sua correlação a outras previamente conhecidas dentro de campos semânticos e a contextos significativos para a criança, fictícios ou não.

No National Reading Panel, o vocabulário é um dos componentes essenciais para a alfabetização. Uma multiplicidade de resultados foi encontrada. O vocabulário deve ser ensinado tanto diretamente, por instruções explícitas, quanto indiretamente, por experiências cotidianas com a linguagem. Quanto mais conexões são feitas para uma mesma palavra, melhor a aprendizagem. Além disso, a repetição, e a exposição a vários vocábulos, se mostraram práticas úteis. A chave é aplicar uma mesma palavra a múltiplos contextos. Isso pode ser feito por meio do aprendizado aprofundado, que inclui mostrar ao aluno como uma palavra é usada num determinado contexto. [7.4.2.1-14]

A metanálise também destacou que a aprendizagem de vocabulário deve ser ativa. Isso significa que as crianças, guiadas pelo professor, precisam pensar a respeito do contexto em que as palavras se encontram. Os alunos também devem compreender os significados e pensar se as palavras podem ser utilizadas em outras situações, e deve ser dada preferência para múltiplas abordagens, explorando diferentes estratégias e possibilidades. [7.4.2.1-14]

Outros resultados dignos de nota de estudos que referenciam as sugestões de atividades presentes no subitem, contextualizando sua pertinência científica, são:

- Crianças com um amplo vocabulário no início da alfabetização apresentam mais facilidade para aprender a ler e a escrever; [7.4.2.1-15]
- O vocabulário está diretamente relacionado ao sucesso acadêmico e a boas notas na escola. Crianças com um vocabulário defasado apresentam dificuldade para compreender tudo o que é ensinado. Podem também apresentar dificuldade de aprendizagem durante o ensino fundamental; [7.4.2.1-16]
- Estimular o vocabulário desde a educação infantil prepara as crianças para as exigências do Ensino Fundamental; [7.4.2.1-17]
- Pesquisadores ressaltam a importância de um ensino infantil de qualidade que incentive a construção e a ampliação do vocabulário; [7.4.2.1-18] e
- Estudos recentes apontam que o vocabulário de crianças aos 19 meses foi capaz de prever suas habilidades iniciais de alfabetização e a capacidade de compreensão leitora quando elas completaram 12 anos. Ou seja, quanto antes se estimular o aprendizado de novas palavras, mais fácil será sua alfabetização e a sua compreensão do texto durante o ensino fundamental. [7.4.2.1-19]

Quanto aos conteúdos e sugestões de atividades referentes ao componente essencial de preparação para a alfabetização “**compreensão oral de textos**”, trazida no item 4.3.4 do anexo III-A do edital, são diversos os objetivos de aprendizagem do campo “Escuta, fala, pensamento e imaginação” que trazem de forma direta atividades de compreensão oral de textos, como responder a perguntas sobre o texto lido pelo professor (EI02EF04), criação de histórias (EI03EF06) ou relato de histórias (EI03EF05). A futura leitura das crianças da educação infantil, quando chegarem à etapa da alfabetização formal, corresponde ao resgate de um episódio de fala e, assim sendo, depende de habilidades não apenas de fluência em leitura oral, mas de compreensão de textos.

É um pré-requisito lógico, portanto, ser capaz de compreender o que se escuta, isto é, ter habilidades de compreensão oral. O campo de experiências “Escuta, fala, pensamento e imaginação” prioriza esta importante dimensão preparatória para a alfabetização formal.

As evidências científicas são unânimes quanto à importância da compreensão oral para o sucesso na futura alfabetização escolar. Sabe-se que, por ser necessária para compreender a leitura, a compreensão oral deve ser estimulada na pré-escola e no ensino fundamental. [7.4.2.1-20]

Ainda, é importante destacar que estimular, desde a pré-escola, a compreensão oral e outras habilidades linguísticas pode impactar diretamente a compreensão futura leitora. Problemas de linguagem oral, dificuldades de relacionar as letras com os respectivos sons, vocabulário restrito e baixa variação de frases estão geralmente associados a problemas de compreensão textual, conforme estudo conduzido nos Estados Unidos com crianças de 9 a 14 anos de idades. [7.4.2.1-21]

Quanto aos conteúdos e sugestões de atividades referentes ao componente essencial de preparação para a alfabetização “**produção de escrita emergente**”, trazidos no item 4.3.5 do anexo III-A do edital:

A produção de escrita emergente aborda pelo menos três dimensões fundamentais: o desenvolvimento da criatividade, de movimentos de precisão e da escrita.

Os campos de experiência “Traços, sons, cores e formas” e “Escuta, fala, pensamento e imaginação”, em especial, priorizam estas três dimensões, que também correspondem às sugestões de atividades presentes no edital do PNLD. São exemplos: a expressão livre por meio de desenhos e traçados, presente no objetivo de aprendizagem e desenvolvimento EI03TS02; o manuseio de diferentes suportes de escrita para desenhar e traçar letras, bem como a escrita do próprio nome e de outras palavras simples, referentes aos objetivos EI02EF09 e EI03EF09, respectivamente; e a atenção às habilidades manuais, expressa no objetivo EI03CG05 do Campo de Experiências “Corpo, gestos e movimentos”.

As evidências científicas apontam para a importância da escrita emergente no âmbito da educação infantil. A escrita emergente faz parte de um conjunto de importantes habilidades fundamentais que servem como precursores necessários da leitura convencional, [7.4.2.1-23] incluindo o desenvolvimento de conhecimentos, tanto a respeito do texto impresso, quanto dos sons.

O National Early Literacy Panel traz a habilidade de escrever letras isoladamente ou o próprio nome como uma das seis variáveis que podem prever fortemente o sucesso na futura alfabetização e no desempenho em leitura e em escrita nos anos iniciais do ensino fundamental de forma geral. [7.4.2.1-22]

#### **7.4.2.2. Conteúdos de numeracia**

O National Mathematics Advisory Panel deixa muito clara a importância de que as crianças adquiram conhecimentos de números e outros aspectos de matemática elementar, mesmo antes de ingressar na pré-escola. Esses conhecimentos serão importantes para os anos escolares que se seguem. Isso é especialmente importante para crianças com níveis socioeconômicos mais vulneráveis. [7.4.2.2-1]

O National Center for Education Evaluation and Regional Assistance, do Departamento de Educação dos Estados Unidos produziu, em 2014, é um guia prático que traz uma interessante compilação contendo evidências científicas acerca de quais os melhores temas a serem trabalhados com crianças em idade de educação infantil: o Teaching math to young children. [7.4.2.2-2] A própria existência do guia demonstra a relevância do tema e é reflexo do impacto positivo que essa prática pode levar a crianças, mesmo antes de chegarem ao ensino fundamental.

As recomendações de tal guia foram: ensinar números e operações; ensinar geometria, padrões, medidas e análise de dados; monitorar o progresso das crianças para garantir a progressão da aprendizagem; ensinar as crianças a descreverem o mundo matematicamente; ensinar matemática todos os dias e integrar instrução matemática ao longo do dia. [7.4.2.2-2] Vale ressaltar que cada uma dessas recomendações é, direta ou indiretamente, contemplada pelos conteúdos dos livros propostos na presente minuta de edital.

Seguindo essas diretrizes, para a numeracia são trazidas quatro noções centrais para preparação dos alunos na futura aprendizagem de matemática. São elas “noção de Quantidade, algarismo, somas, subtrações, proporções simples envolvendo números de apenas um algarismo”, “Localização, posicionamento, espacialidade, direcionalidade, tempo, tamanho, peso e volume”, “Formas geométricas” e “Raciocínio lógico e raciocínio matemático”. Todas essas noções encontram respaldo nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC, tanto para a creche, quanto para a pré-escola. Segue, abaixo, uma associação não exaustiva das convergências para cada uma das noções elementares de numeracia.

Quanto à noção de **Quantidade, algarismo, somas, subtrações, proporções simples envolvendo números de apenas um algarismo**, trazida no item 4.4.1, com suas respectivas sugestões de atividades:

Diversos objetivos do campo de experiências “Espaços, quantidades, relações e transformações” trazem em seu bojo as noções de contagem e quantificação. Como exemplos podemos citar EI02ET08 para a creche, no qual se solicita que a criança registre quantidades, e EI03ET07 para a pré-escola, em que se requer que se relacione números às quantidades correspondentes. Trata-se de uma recomendação expressa do guia Teaching math to young children. [7.4.2.2-2] O conhecimento acerca dos números e de como operar com eles consiste em uma habilidade preparatória central para o conhecimento matemático a ser desenvolvido nos anos seguintes. A experiência desse tipo de conteúdo em pré-escolares é fundamental para facilitar a aquisição e compreensão de conceitos e habilidades matemáticas mais complexas no futuro. [7.4.2.2-3]

Quanto à noção **Localização, posicionamento, espacialidade, direcionalidade, tempo, tamanho, peso e volume**, trazida no item 4.4.2, com suas respectivas sugestões de atividades:

Às relações espaciais e de medida são dedicados diversos objetivos do campo de experiências “Espaços, quantidades, relações e transformações”, a exemplo de EI02ET04 para a creche, em que se solicita a identificação de relações espaciais, e de EI03ET01 para a pré-escola, em que se requer a comparação entre objetos. A necessidade de contemplar essas noções também é expressamente promovida pelo guia Teaching math to young children. [7.4.2.2-2] Segundo o guia, a exposição da criança à matemática emergente deve contemplar noções de medidas, dentre outras. [7.4.2.2-4] A criança precisa estabelecer comparações e classificações entre objetos e acerca da disposição dos próprios objetos para que esteja preparada para investigações de todas as ordens com que se deparará a partir dos primeiros anos do ensino fundamental.

Quanto à noção de **Formas geométricas elementares**, trazida no item 4.4.3, com suas respectivas sugestões de atividades:

Aprender as formas geométricas, identificá-las, conhecer suas semelhanças e diferenças são questões trazidas no campo “Espaços, quantidades, relações e transformações” em objetivos como EI02ET01 para a creche, em que se descreve semelhanças e diferenças entre objetos e EI03ET05, para a pré-escola, em que se requer a classificação de figuras. Além de serem aspectos importantes por si só, trabalham a capacidade de raciocínio geométrico e abstração das crianças. Trata-se, também, de tópico expressamente constante das recomendações do Teaching math to young children. [7.4.2.2-2] Mais uma vez, o guia ressalta que o conhecimento matemático elementar a ser transmitido aos pequenos deve transcender o mero contato com números, devendo incluir também formas geométricas. [7.4.2.2-4]

Quanto à noção de **Raciocínio lógico e raciocínio matemático**, trazida no item 4.4.4, com suas respectivas sugestões de atividades:

Desenvolver o raciocínio lógico e matemático é de importância transversal e contribuirá em diversas searas da vida do estudante. No campo de experiências “Espaços, quantidades, relações e transformações”, são exemplos de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento afetos a essas noções o EI02ET08 da creche, ao requerer que a criança observe padrões para classificar objetos de mesma natureza e o EI03ET07, ao solicitar a identificação e continuação de sequências. A análise de

padrões e dados [7.4.2.2-5] também é explicitamente alvo de recomendação por parte do guia Teaching math to young children [7.4.2.2-2]

### 7.4.2.3. Outros conteúdos

A minuta de edital contempla, ainda, outros temas, que não se enquadram tão bem nem em literacia nem em numeracia. Dizem respeito a conhecimentos sociais, interdisciplinares e artísticos que, de idêntica maneira, encontram respaldo nas disposições da BNCC. Abaixo, apresenta-se uma tabela com ocorrências exemplificativas de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Nesse caso, nos restringiremos a citar alguns dos objetivos da BNCC para cada ocorrência de “outros conteúdos” do edital.

Outros conteúdos do Edital	Perspectivas relacionadas à BNCC e ao Manual Suplementar para o Redator de Currículo
Interação com colegas e professores	(EI02EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender. (EI03EO04) Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos.
Motivação e autoestima	(EI02EO02) Demonstrar imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios. (EI03EO05) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive.
Valores cívicos	(EI02EO06) Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras. (EI03EO06) Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida.
Habilidades visomotoras	(EI02CG05) Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros. (EI03CG03) Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.
Habilidades auditivas	(EI02TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música. (EI03TS01) Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.
Motricidade, controle corporal e movimentos de precisão	(EI02CG03) Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações. (EI03CG01) Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música.
Nomeação rápida de seqüências de objetos, cores, letras e algarismos	(EI02ET05) Classificar objetos, considerando determinado atributo (tamanho, peso, cor, forma etc.). (EI03ET07) Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma seqüência.
Habilidades de memorização de informações dadas oralmente ou por imagens	(EI02EF06) Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos. (EI03EF04) Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos de encenações, definindo os contextos, os personagens, a estrutura da história.
Artes visuais e cênicas	(EI02CG05) Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros.

	(EI03CG03) Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.
Poemas, trava-línguas, parlendas, adivinhas, provérbios, quadrinhas, histórias, fábulas, narrativas e literatura em geral	(EI02EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos. (EI03EF02) Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.
Musicalidade	(EI02TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música. (EI03CG03) Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas com dança, teatro e música.
Conhecimentos elementares sobre o mundo natural e social adequados à faixa etária	(EI02ET02) Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.). (EI03ET06) Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade.
Higiene, alimentação e o cuidado de si próprio	(EI02CG04) Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo. (EI03CG04) Adotar hábitos de autocuidado relacionados a higiene, alimentação, conforto e aparência.

## 8. Aspectos formais: eficiência e isonomia da seleção de obras

A rigor, de acordo com o art. 22 da Lei nº 9.784/1999, [8-1] os atos administrativos não dependem de forma determinada. Nesse sentido, os processos deverão observar as normas que lhes são aplicáveis e pertinentes a sua necessária regularidade.

Não se deve olvidar que o caso em tela se constitui em uma inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25 da Lei nº 8.666/1993 [8-2].

Assim, no âmbito do PNLD, os pressupostos que autorizam o gestor a contratar por inexigibilidade de licitação encontram amparo na Lei de Licitações e no Decreto nº 9.099/2017, o qual, por sua vez, estabelece a necessária observância aos princípios elencados em seu art. 4º, a seguir transcrito:

Art. 4º O PNLD será executado em estrita observância aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência e caberá ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE estabelecer normas de conduta, a serem seguidas pelos participantes, que impeçam, sem prejuízo de outras vedações.

Quanto aos aspectos da instrução processual, vale trazer à tona uma breve abordagem sobre a questão da eficiência no âmbito das contratações públicas e seus reflexos no processo de contratação do PNLD.

Cumpre esclarecer que o princípio da eficiência foi inserido formalmente no *caput* do art. 37 da Constituição Federal de 1988, por meio da Emenda Constitucional nº 19/1998, passando o citado dispositivo a prever que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União,

dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Assim, de modo expresso, o ordenamento jurídico brasileiro imputou ao gestor público a incumbência de atuar segundo a premissa da eficiência.

O referido princípio foi também inserido no *caput* do art. 2º da Lei nº 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo em âmbito federal, cabendo, portanto, aos entes públicos a sua observância, com vistas à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

Sobre o assunto, explica o professor Hely Lopes de Meirelles [8-3]:

O Princípio da Eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e seus membros (Meirelles, 2002, p. 94).

Maria Sylvia di Pietro [8-4], na mesma linha de Meirelles, acrescenta que a eficiência corresponde ao dever de boa administração, quando submete toda a atividade do Executivo ao controle de resultado, tratando-se de ideia muito presente entre os objetivos da Reforma do Estado da década de 1990.

Dentro do mesmo diapasão, Figueiredo [8-5] provoca o debate e o faz no seguinte sentido:

Mas que é *eficiência*? No Dicionário *Aurélio*, eficiência é ‘ação, força virtude de produzir um efeito; eficácia. Ao que nos parece, pretendeu o ‘legislador’ da Emenda 19 simplesmente dizer que a Administração deveria agir com eficácia. Todavia, o que podemos afirmar é sempre a Administração deveria agir eficazmente. É isso o esperado dos administradores. Todavia, acreditamos possa extrair-se desse novo princípio constitucional outro significado aliando-se-o ao art. 70 do texto constitucional, que trata do controle do Tribunal de Contas.

Deveras, tal controle deverá ser exercido não apenas sobre a legalidade, mas também sobre a legitimidade e economicidade; portanto, praticamente chegando-se ao cerne, ao núcleo, dos atos praticados pela Administração Pública, para verificação se foram úteis o suficiente ao fim a que se preordenavam, se foram eficientes (FIGUEIREDO, 2001, p. 60).

Juarez Freitas [8-6] **afirma que o administrador público está obrigado a atuar tendo como parâmetro o ótimo**. Na mesma linha, Marcelo Härger [8-7] defende que o princípio da eficiência traduz o dever de administrar, não só de modo razoável e conforme a moral, **mas utilizando as melhoras opções disponíveis**. É o dever de alcançar a solução que seja ótima ao atendimento das finalidades públicas. Não basta que seja uma solução possível. **Deve, isto sim, ser a melhor solução. Há um dever jurídico de boa administração para o atendimento da finalidade legal.**

Na seara administrativa, a realização das compras e contratações pelos agentes públicos destina-se a prover as diversas necessidades estatais e será considerada eficiente para o sucesso da gestão da organização, se, de fato atender às necessidades públicas.

A necessidade apresentada consiste no cumprimento da Meta 5 do PNE, provendo os entes federados de material de apoio pedagógico destinado à educação infantil, de forma a enfrentar o problema do analfabetismo no Brasil. Assim, uma vez demonstrada a necessidade pública, cabe ao gestor avaliar o aperfeiçoamento ou reforço das contratações efetuadas, notadamente, nas hipóteses de se revelarem insuficientes para atingir a finalidade pública. No presente caso, a contratação destina-se à melhoria da qualidade da alfabetização e, diante do quadro de resultados desfavoráveis, o aprimoramento da contratação se impõe ao gestor.

Ainda no aspecto formal, deve-se destacar a nova sistemática de organização dos conteúdos do edital do PNLD para a Educação Infantil para o Ciclo 2022, que prima por disposições apresentadas de forma clara e dirigida, em homenagem aos princípios da impessoalidade e isonomia em matéria de contratações públicas.

Nos termos do Manual de Licitações e Contratos, Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União- TCU, 4ª edição, isonomia significa dar tratamento igual a todos os interessados. É condição essencial para garantir competição em todos os procedimentos de contratação. E, por meio do princípio da impessoalidade, deve a Administração observar nas decisões critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo na condução dos procedimentos de seleção de proposta mais vantajosa.

Ambos os princípios ampliam a competitividade e favorecem o planejamento e o processo de elaboração das obras por parte das editoras.

## **9. Conclusão**

Os indicadores brasileiros alertam que medidas devam ser urgentemente adotadas para a melhoria da qualidade da alfabetização no país. Assim, faz-se necessário um aprimoramento do PNLD voltado à educação infantil com vistas à mudança da realidade atual.

As alterações propostas buscam garantir, às crianças brasileiras de 0 a 5 anos, o acesso às práticas pedagógicas bem-sucedidas para o desenvolvimento de habilidades preparatórias para a alfabetização formal já aplicadas de forma pontual em algumas escolas por iniciativa própria de rede públicas locais. Vale dizer que as mesmas práticas estão efetivamente incorporadas ao contexto das escolas da rede privada de ensino do país.

Trata-se de uma mudança de paradigma muito esperada por professores e pesquisadores, além dos próprios pais e responsáveis que rotineiramente apresentam pedidos e sugestões ao Ministério da Educação pelos canais de comunicação oficiais.

As mudanças propostas abrangem não apenas os aspectos pedagógicos, mas permitirão também uma avaliação pautada por critérios objetivos e transparentes, que resultarão numa instrução processual dotada de uniformidade de procedimentos, racionalização, celeridade, maior segurança jurídica, resultando em contratações mais eficientes e isonômicas no âmbito do PNLD da Educação Infantil.

Por fim, o Ministério da Educação realizará reuniões técnicas com as editoras interessadas em apresentar obras no âmbito do futuro edital com vistas ao completo esclarecimento dos enunciados constantes do ato convocatório, abordando em especial, os critérios de avaliação pedagógica e demais disposições constantes da presente nota.

## 10. Referências

- [2-1] BRASIL, MEC, **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf). Acesso em 28/04/2020.
- [2-2] BRASIL. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm) Acesso em 28/04/2020.
- [3-1] \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 28/04/2020
- [4-1] \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm) Acesso em 28/04/2020
- [4-2] \_\_\_\_\_. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm) Acesso em 28/04/2020.
- [4-3] \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 28/04/2020.
- [4-4] \_\_\_\_\_. **Marco Legal da Primeira Infância**, Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm) Acesso em 28/04/2020
- [4.1-1] \_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP nº2 , de 22 de dezembro de 2017**. Disponível em [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE\\_CP222DEDEZEMBR\\_ODE2017.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBR_ODE2017.pdf) Acesso em 29/04/2020
- [4.2-1] STANOVICH, K. E. Matthew effects in reading: some consequences of individual differences in the acquisition of literacy. **Journal of Education**, v. 189, n. 1-2, p. 23-55, 2009.
- [5-1] BRASIL, MEC, **Caderno da Política Nacional de Alfabetização**, 2019, Disponível em [http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno\\_pna\\_final.pdf](http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf). Acesso em 28/04/2020.
- [5-2] \_\_\_\_\_. Ferramenta de download da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em formato editável, Disponível em <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 21/04/2020.
- [5-3] UNESCO, **International Standard Classification of Education — ISCED**, 2011. Disponível em <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/international-standard-classification-of-education-isced-2011-en.pdf> Acesso em 28/04/2020.

[6.1.1-1] NATIONAL ASSOCIATION OF SECONDARY SCHOOL PRINCIPALS, NATIONAL ASSOCIATION OF SECONDARY SCHOOL PRINCIPALS. **Leadership Matters: What the Research Says About the Importance of Principal Leadership** Disponível em <https://www.naesp.org/sites/default/files/LeadershipMatters.pdf>. Acessado em 29/04/2020.

[6.1.2-1] SOBRAL, **Documento Curricular da Educação Infantil**, 2020. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/16EMsRqT5RIUnQX3ymIa9RNw2w7r9Wnmg/view>Acesso em 28/04/2020.

[6.1.2-2] GERDE; BINGHAM, **Writing in Early Childhood Classrooms: Guidance for Best Practices** Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/257556876\\_Writing\\_in\\_Early\\_Childhood\\_Classrooms\\_Guidance\\_for\\_Best\\_Practices](https://www.researchgate.net/publication/257556876_Writing_in_Early_Childhood_Classrooms_Guidance_for_Best_Practices).

[6.1.2-3] NATIONAL EARLY LITERACY PANEL. **Developing early literacy: report of the national early literacy panel**. A scientific synthesis of early literacy development and implications for intervention. Washington: National Institute for Literacy, 2009.

[7.1-1] BRASIL, MEC, INEP, **Avaliação Nacional da Alfabetização**, 2016. Disponível em [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulgamicrodados-da-ana-2016/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulgamicrodados-da-ana-2016/21206). Acesso em 28/04/2020.

[7.1-2] \_\_\_\_\_ **Censo Escolar**, 2018. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>. Acesso em 28/04/2020.

[7.2-1] \_\_\_\_\_, **Definição de Critérios para Avaliação de Livros Didáticos**, 1994. Disponível em [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=27554](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=27554) Acesso em 28/04/2020.

[7.4.2.1-1] NATIONAL READING PANEL. **Teaching children to read: an evidence-based assessment of the scientific research literature on reading and its implications for reading instruction**: Phonemic Awareness Instruction - Executive Summary (p. 1-8, capítulo 2) Washington: National Institute of Child Health and Human Development, 2000. relatório executivo consciência fonêmica.

[7.4.2.1-2] CAPOVILLA, A. G. S., GÜTSCHOW, C. R. D., & CAPOVILLA, F. C. **Habilidades cognitivas que predizem competência de leitura e escrita**. Revista Psicologia-Teoria e Prática, 2004, 6(2).

[7.4.2.1-3] FRANÇA, M. P., WOLFF, C. L., MOOJEN, S., & ROTTA, N. T. **Oral language acquisition: relation and risk for written language**. Arquivos de neuro-psiquiatria, 2004, 62(2B), 469-472.

[7.4.2.1-4] COSTA, Adriana. **Consciência fonológica: relação entre desenvolvimento e escrita**. Letra de Hoje, 2003, V.38, n,2, pg 137-153, junho)

[7.4.2.1-5] GODOY. **Por que ensinar as relações grafema-fonema?** Rev. Psicopedagogia; 2008. 25 (77): 109-19

- [7.4.2.1-6] CANCER, STIEVANO, PACE, COLOMBO & ANTONIETTI. **Cognitive Processes Underlying Reading Improvement during a Rhythm-Based Intervention. A Small-Scale Investigation of Italian Children with Dyslexia.** 2019).
- [7.4.2.1-7] NATIONAL READING PANEL. **Teaching children to read: an evidence-based assessment of the scientific research literature on reading and its implications for reading instruction: Phonics Instruction - Executive Summary** (p. 89-98, capítulo 2) Washington: National Institute of Child Health and Human Development, 2000. relatório executivo consciência fonêmica.
- [7.4.2.1-8] GODARD, L. **Troubles du langage écrit chez les enfants: dyslexie.** *Fréquences.* 2007; 18(4):12-6)
- [7.4.2.1-9] ADAMS, M.J., FOORMAN. B.R., LUNDBERG, I., BEELER, T. **Consciência fonológica em crianças pequenas.** Porto Alegre: Artmed, 2006.
- [7.4.2.1-10] DEHAENE. **Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler,** 2012, Porto Alegre, Penso.
- [7.4.2.1-11] PAVENKO et al, **Diagnostic Accuracy of the Sampling Utterances and Grammatical Analysis Revised (SUGAR) Measures for Identifying Children With Language Impairment,** 2018.
- [7.4.2.1-12] LONIGAN et al. **The Nature of Phonological Awareness: Converging Evidence From Four Studies of Preschool and Early Grade School Children,** 2012.
- [7.4.2.1-13] LONIGAN et al. **Identification of children's skills and abilities linked to later outcomes in reading, writing, and spelling,** 2008.
- [7.4.2.1-14] NATIONAL READING PANEL. **Teaching children to read: an evidence-based assessment of the scientific research literature on reading and its implications for reading instruction: Phonics Instruction - Executive Summary** (p. 15-32, capítulo 3) Washington: National Institute of Child Health and Human Development, 2000. relatório executivo consciência fonêmica.
- [7.4.2.1-15] SANTOS, BEFI-LOPES. **Vocabulário, consciência fonológica e nomeação rápida: contribuições para a ortografia e elaboração escrita.** *J Soc Bras Fonoaudiol.* 2012; 24(3):269-75.
- [7.4.2.1-16] DIAS, Natália Martins; SEABRA, Alessandra Gotuzo. **School performance at the end of elementary school: Contributions of intelligence, language, and executive functions.** *Estud. psicol. (Campinas),* Campinas, v. 34, n. 2, p. 315-326, June 2017
- [7.4.2.1-17] FERREIRA. PRESS RELEASE. *Estud. psicol. (Campinas)* vol.27 no.2 Campinas June 2010. O vocabulário das crianças piora após entrada na escola. 2010. Teresa Helena Schoen Ferreira.
- [7.4.2.1-18] MORETTI, Thaís Cristina da Freiria; KUROISHI, Rita Cristina Sadako; MANDRA, Patrícia Pupin. **Vocabulário de pré-escolares com desenvolvimento típico de linguagem e variáveis socioeducacionais.** *CoDAS,* São Paulo, v. 29, n. 1, e20160098, 2017.
- [7.4.2.1-19] SUGGATE, Sebastian, et al. **From infancy to adolescence: The longitudinal links between vocabulary, early literacy skills, oral narrative, and reading comprehension.** *Cognitive Development,* 2018, 47: 82-95.

- [7.4.2.1-20] SILVA, Macarena; CAIN, Kate. **The relations between lower and higher level comprehension skills and their role in prediction of early reading comprehension**. Journal of Educational Psychology, 2015, 107.2: 321.
- [7.4.2.1-21] CUTTING, L. E., MATEREK, A., COLE, C. A., LEVINE, T. M., & MAHONE, E. M. (2009). **Effects of fluency, oral language, and executive function on reading comprehension performance**. Annals of dyslexia, 59(1), 34-54.
- [7.4.2.1-22] NATIONAL EARLY LITERACY PANEL. **Developing early literacy: report of the national early literacy panel**. A scientific synthesis of early literacy development and implications for intervention (p. vii) Washington: National Institute for Literacy, 2009.
- [7.4.2.1-23] WHITEHURST, LONIGAN. **Child Development and Emergent Literacy**. 1998)
- [7.4.4.2-1] NATIONAL MATHEMATICS ADVISORY PANEL. **The Final Report of the National Mathematics Advisory Panel**. 2008. U.S. Department of Education.
- [7.4.2.2-2] WHAT WORKS CLEARINGHOUSE. **Teaching Math to Young Children**, 2014, U.S. Department of Education.
- [7.4.2.2-3] NATIONAL RESEARCH COUNCIL. **Mathematics Learning in Early Childhood - Paths Toward Excellence and Equity** (2009).
- [7.4.2.2-4] CLEMENTS, DOUGLAS; SARAMA, JULIE. Learning and teaching early math: The learning trajectories approach (2009). Disponível em: [http://lst-iiiep.iiiep-unesco.org/cgi-bin/wwwi32.exe/\[in=epidoc1.in\]/?t2000=026594/\(100\)](http://lst-iiiep.iiiep-unesco.org/cgi-bin/wwwi32.exe/[in=epidoc1.in]/?t2000=026594/(100)).
- [7.4.2.2-5] SARAMA, JULIE; CLEMENTS, DOUGLAS. Early childhood mathematics education research: Learning trajectories for young children (2009).
- [8-1] BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19784.htm) Acesso em 29/04/2020.
- [8-2] \_\_\_\_\_. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1999**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm) Acesso em 29/04/2020.
- [8-3] MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2002, 790 p.
- [8-4] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- [8-5] FIGUEIREDO, Lucia Vale. **Curso de Direito Administrativo**, 5ª ed., São Paulo, Malheiros Editores, 2001, 633 p.
- [8-6] FREITAS, Juarez. **O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais**. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 1999, 213 p.

[8-7] HÄRGER, Marcelo. Reflexões iniciais sobre o princípio da eficiência. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, n. 217. p.151-161. dez. 1999.

[8-8] BRASIL, TCU. Manual de Licitações e Contratos, Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União- TCU, 4ª edição. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24D6E86A4014D72AC81CA540A&inline=1>